

MRS Logística S.A.

Demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2012 e 2011



KPMG Auditores Independentes Av. Almirante Barroso, 52 - 4°

AV. Almirante Barroso, 52 - 4° 20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil Caixa Postal 2888 20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel Fax Internet 55 (21) 3515-9400 55 (21) 3515-9000 www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas MRS Logística S.A. Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da MRS Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MRS Logística S.A em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Luiz Ferreira

Contador CRC RJ-087095/O-7



1. A COMPANHIA

MRS em Números - Principais indicadores

Milhões R\$	2007	2008*	2009	2010*	2011**	2012	2012 x 2011
Receita Operacional Bruta	2.515,4	3.401,2	2.603,0	2.485,3	3.123,5	3.266,7	4,6%
Receita Operacional Líquida	2.166,6	2.955,0	2.276,0	2.247,1	2.862,4	2.989,8	4,5%
EBITDA	1.028,6	1.558,9	1.229,7	808,3	1.185,8	1.117,1	-5,8%
Margem EBITDA	47,5%	52,8%	54,0%	36,0%	41,4%	37,4%	-4,0pp
Lucro Líquido	555,1	663,2	605,7	438,8	520,9	440,1	-15,5%
Dívida Bruta	849,0	1.296,0	1.386,0	1.874,0	2.306,0	2.612,4	13,3%
Dívida Líquida	333,2	889,0	977,6	1.469,0	1.883,1	2.280,9	21,1%
Dívida Líquida/EBITDA	0,32x	0,57x	0,80x	1,82x	1,59x	2,04x	28,3%

^{*}Anos impactados por eventos não recorrentes

^{**}Dívida Líquida difere do valor apresentado em 2011 pois considera o valor de caixa restrito no cálculo

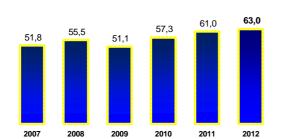
Milhões TU	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012 x 2011
Volume Transportado	126,3	135,8	128,9	144,1	152,4	155,4	2,0%

A MRS registrou importantes avanços no ano de 2012, culminando em mais um recorde anual de produção, totalizando 155,4 milhões de toneladas transportadas, um acréscimo de 2,0% em relação a 2011, resultado da implantação de mudanças operacionais na malha e investimentos tanto nos colaboradores quanto na aquisição de ativos e tecnologias.

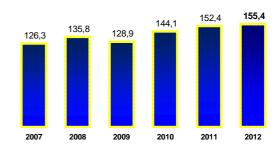
Este recorde anual de produção pode ser considerado ainda mais expressivo, pelas fortes chuvas sazonais do início do ano, atrasos na expansão da capacidade de terminais de carregamento e a ocorrência de um acidente ferroviário em novembro, que interrompeu a Ferrovia do Aço por cerca de cinco dias. Estes três eventos somados representaram uma perda de 6,6 milhões de toneladas.



Volume Transportado (Bilhões de TKU)



Volume Transportado (Milhões TU)



Os investimentos da MRS em 2012 foram marcados pela continuidade de grandes projetos iniciados em 2010, que ajudaram a viabilizar o crescimento com segurança e confiabilidade. Um importante avanço operacional se refere à utilização, desde o início do ano, de uma locomotiva fixa adicional nos trens, que é acionada apenas em trechos de aclive que demandam maior tração na ferrovia. Essa alteração elimina os retornos das máquinas de auxílio, que antes tinham que se desconectar da composição e trafegar no sentido oposto aos carregados. Com esta mudança, a produtividade do fluxo foi aumentada de forma global.

Os ganhos em eficiência operacional, através da redução do *transit time* e do aumento da regularidade de transporte também contribuíram para a melhor performance operacional da MRS em 2012. Este resultado foi conseqüência de investimentos para melhorar a confiabilidade de vagões, locomotivas e malha, somados às ações implantadas para identificar gargalos e otimização da operação de pátios e terminais de carga e descarga.

No que diz respeito à sua força de trabalho, os investimentos refletiram na inclusão da MRS, pelo segundo ano consecutivo, entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, segundo o Guia Você S/A, da revista Exame. Adicionalmente, neste ano, o Guia classificou a MRS como sendo a melhor empresa para se trabalhar dentro do setor de Transporte e Logística.

Em premiação realizada no mês de julho, a MRS também foi eleita a melhor do setor de Transporte no Especial "Melhores e Maiores" da Revista Exame.

A MRS também investiu em inúmeros projetos, com destaque para a renovação do Centro de Controle Operacional – CCO, incorporando avanços tecnológicos associados ao Projeto CBTC (Communication Based Train Control), que aumenta a

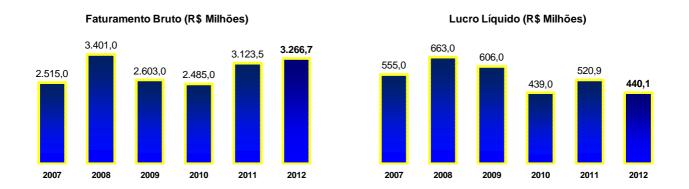


confiabilidade e segurança da operação, já estando implantado em alguns trechos da malha. Adicionalmente, investiu-se naqueles projetos com foco na melhoria do atendimento do corredor ferroviário entre Rio de Janeiro e São Paulo. Em especial, a Companhia recebeu as quatro primeiras locomotivas elétricas da *Stadler*, oriundas da Suíça, de um total de sete, com investimento total de cerca de R\$ 130,0 milhões, potência de 5 mil KW e 60% mais eficientes que as antigas máquinas que hoje trabalham no trecho de subida e descida da serra do Mar ("Sistema de Cremalheira"). Com estas novas locomotivas, a MRS quadruplicará seu potencial de capacidade de movimentação de cargas naquele trecho, passando de 7,0 milhões de toneladas anuais para 28,0 milhões de toneladas anuais, desde que consiga maximizar a capacidade de captações de novos volumes de cargas, principalmente após a construção do Ferroanel. Houve avanços significativos nas obras de segregação das linhas compartilhadas com a CPTM entre Suzano e Manoel Feio (fase denominada como "Segregação Leste"), com cerca de 70% de avanço físico, investimento total estimado de R\$ 160,0 milhões, com previsão de conclusão em 2013.

Do ponto de vista financeiro, merece destaque a captação de R\$300,0 milhões, por meio de sua 5ª emissão de debêntures. Liquidada em 18 de julho, esta emissão foi o primeiro acesso ao mercado de capitais pela MRS depois de oito anos, após um bem sucedido processo de *bookbuilding*, com demanda de quase o dobro da oferta, resultando na taxa final do papel em CDI+0,90% ao ano, com vencimento em 06 anos. Igualmente importante a manutenção das notas de risco (*rating*) da Companhia, mesmo em um ambiente de turbulência na economia internacional, com foco na crise da dívida soberana europeia. Em dezembro de 2012, a *Standard & Poors* (S&P) manteve as notas de *rating* (risco) corporativo da MRS em 'brAA+' na escala nacional e 'BB+' na escala global, ambos com perspectiva estável. Cabe lembrar que em novembro de 2011, a S&P já havia elevado os *ratings* da MRS para os níveis atuais, apesar das incertezas externas geradas por essa crise.

Em conformidade com o aumento da produção, o faturamento bruto encerrou 2012 com a marca de R\$3.267,0 milhões, representando um aumento de 4,6% em relação a 2011. O lucro líquido encerrou 2012 com o valor de R\$440,0 milhões, 15,5% menor do que 2011.



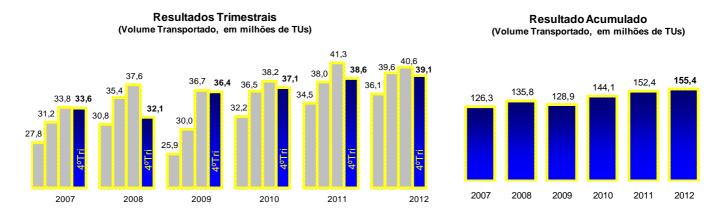


A meta de acidentes contratada junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT foi cumprida, ficando 23,3% abaixo da meta definida para 2012 (9,2 acidentes/milhão.trem.km versus a meta de 12,0).

A meta de produção, que era um valor único para a malha toda, teve de ser repactuada nos termos da Resolução ANTT nº 3696/2011, passando a ser apurada por trecho. A MRS apresentou proposta com 79 trechos, cujos valores realizados foram informados à ANTT. Entretanto, a apuração por trecho pela agência reguladora ainda não foi concluída, razão pela qual não se tem o resultado final de 2012.

2. RESULTADOS COMERCIAIS

O volume total transportado em 2012 foi de 155,4 milhões de toneladas, sendo 73,7% relativo ao grupo de *heavy haul*, englobando minério de ferro, carvão e coque, 0,7% acima do volume de 2011 e 26,3% distribuídos nos grupos de carga geral (siderúrgico, agrícolas e outros), que apresentou crescimento de 5,5% em relação a 2011.





Mix Transportado	
Heavy Haul*	
Carga Geral**	

4T12	3T12	2T12	1T12	4T11
72,2%	72,2%	74,4%	76,3%	75,1%
27,8%	27,8%	25,6%	23,7%	24,9%

^{*} Minério de ferro, carvão e coque

^{**} Demais produtos transportados

Volume Transportado (TU milhares)	4T12	3T12	4T12 x 3T12	4T11	4T12 x 4T11
Minério de Ferro	27.425,4	28.548,3	-3,9%	28.156,6	-2,6%
Exportação	22.828,5	24.048,5	-5,1%	24.141,6	-5,4%
Consumo Interno	4.597,0	4.499,8	2,2%	4.015,0	14,5%
Carvão e Coque	823,1	801,7	2,6%	854,7	-3,7%
Produtos Siderúrgicos	1.537,0	1.537,8	-0,1%	1.327,7	15,7%
Produtos Agrícolas	5.951,3	5.988,1	-0,6%	4.912,2	21,2%
Outros	3.396,8	3.758,2	-9,6%	3.397,9	0,0%
Total	39.133,6	40.634,2	-3,7%	38.649,1	1,3%

Volume Transportado (TU milhares)	2012	2011	2012 x 2011
Minério de Ferro	111.432,9	110.144,4	1,2%
Exportação	93.251,7	92.640,4	0,7%
Consumo Interno	18.181,2	17.503,9	3,9%
Carvão e Coque	3.134,3	3.583,2	-12,5%
Produtos Siderúrgicos	5.743,7	5.411,2	6,2%
Produtos Agrícolas	21.082,2	18.838,3	11,9%
Outros	14.029,1	14.463,3	-3,0%
Total	155.422,2	152.440,4	2,0%

HEAVY HAUL (Minério de Ferro, Carvão e Coque):

O segmento *Heavy Haul*, constituído por minério de ferro, carvão e coque, representou 73,7% do total movimentado pela Companhia em 2012, totalizando 114,6 milhões de toneladas, patamar 0,7% acima do alcançado em 2011.



Minério de Ferro:

O transporte de minério de ferro no 4º trimestre de 2012 apresentou queda de 3,9% em relação ao 3º trimestre de 2012 e redução de 2,6% quando comparado ao 4º trimestre de 2011, sendo impactado principalmente pela redução de 5,4% do volume destinado à exportação neste mesmo período de comparação, muito por conta do acidente ocorrido em novembro na Ferrovia do Aço. O fechamento de 2012, com 111,4 milhões de toneladas transportadas, representou um acréscimo de 1,2% em relação a 2011, influenciado por fatores como os impactos especialmente forte das chuvas no mês de janeiro de 2012, gerando uma perda próxima de 2,2 milhões de toneladas, atraso na expansão da produção de terminais de carregamento causado por falhas de equipamentos de clientes, com retração de cerca de 2,9 milhões de toneladas e por outros fatores pontuais, com perda de aproximadamente 1,5 milhão de toneladas.

Carvão e Coque:

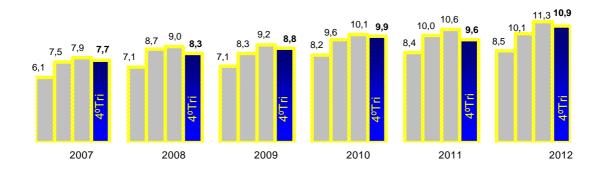
Este grupo apresentou crescimento de 2,6% do volume transportado no 4º trimestre de 2012 em relação ao 3º trimestre de 2012, mas com redução de 3,7% em relação ao 4º trimestre de 2011. O volume total transportado em 2012 apresentou queda de 12,5% em relação a 2011, devido basicamente a dois fatores: (i) problemas operacionais no terminal no mês de maio/12, gerando carregamento direto nas embarcações ou por movimentação extra de caminhões, como redução na capacidade de carga até outubro/12 e, (ii) pelo transporte emergencial de cerca de 150 mil toneladas realizado em 2011, decorrente do acidente no porto de Tubarão em Vitória-ES, origem inicial da carga.

CARGA GERAL (Demais Cargas):

Em termos absolutos, a carga geral cresceu mais do que o segmento *heavy haul* no ano de 2012. O acréscimo de 5,5% do volume total deste grupo em 2012 em relação ao ano anterior decorre, dentre outros fatores, do acréscimo no transporte de produtos agrícolas, com 21,1 milhões de toneladas transportadas, 11,9% acima de 2011, com destaque para o milho, com 76,2% de crescimento.



Carga Geral: Resultados Trimestrais (Volume Transportado, em milhões de TUs)



Produtos Siderúrgicos:

A indústria nacional, como um todo, apresentou queda de 2,0% no volume produzido em relação a 2011, segundo o Instituto Aço Brasil.

Em contrapartida o transporte de produtos siderúrgicos pela MRS fechou o ano de 2012 com 5,7 milhões de toneladas transportadas, apresentando crescimento de 6,2% em relação a 2011, aumentando, assim, o *share* da Companhia neste mercado. Este resultado foi impulsionado pelo crescimento de 11,7% no volume para consumo interno, compensando a redução de 52,6% no volume de exportação, ambos para o mesmo período de comparação.

É importante ressaltar que a expansão da frota, via aquisição de vagões específicos para esse tipo de transporte, e iniciativas para aumento da produtividade foram os grandes responsáveis pelo incremento da participação da MRS no transporte de produtos siderúrgicos.

Produtos Agrícolas:

O destaque do ano foi para os embarques de milho, que totalizaram 19,8 milhões de toneladas em 2012, considerando o total exportado pelos portos brasileiros, volume



108% superior ao registrado em 2011. Este aumento resulta, sobretudo, da quebra de safra dos Estados Unidos, que beneficiou o Brasil ao abrir mercado internacional para o produto.

Este desempenho influenciou positivamente o volume transportado destas commodities pelo sistema ferroviário, que apresentou crescimento de 12% no total escoado pelo Porto de Santos em 2012, se comparado ao ano anterior, finalizando o período com 21,0 milhões de toneladas movimentadas. Considerando apenas o volume transportado pela MRS, que corresponde a 13% do total transportado pelo sistema ferroviário, observou-se aumento de 17% na produção.

Industrializados (Celulose):

As exportações nacionais de celulose mantiveram-se estáveis em 2012 frente ao volume registrado no ano anterior, totalizando 8,9 milhões de toneladas. Os embarques foram influenciados, sobretudo, pela crise econômica no continente europeu e pelo menor crescimento da demanda chinesa por este produto. Responsável por 9% do total embarcado pelo país, a MRS transportou 808 mil toneladas de celulose em 2012, volume 2% inferior ao registrado em 2011 e reflexo ainda da greve no Porto de Santos que afetou a carga e descarga do produto no 1º semestre de 2012.

Cimento e Bauxita:

Já os fluxos de cimento e bauxita tiveram queda de 17,2% e 5,7%, respectivamente, no transporte no 4º trimestre de 2012 em relação ao 3º trimestre de 2012. No fechamento do ano de 2012, houve redução de 7,0% do volume transportado de cimento em relação a 2011, impacto do fechamento de unidades de concreteiras e finalização de algumas rotas de reaproveitamento de vagões. Da mesma forma, o transporte de 1,7 milhão de toneladas de bauxita em 2012 representou uma redução de 6,1% em relação a 2011, influenciado principalmente pela diminuição do consumo de alumínio observada no Brasil.



Contêiner:

O transporte de contêiner apresentou redução de 13,8% do volume transportado no 4º trimestre de 2012 em relação ao 3º trimestre de 2012, mas com crescimento de 15,7% em relação ao 4º trimestre de 2011, fechando o ano de 2012 com aumento de 12,1% no volume transportado em relação ao fechamento de 2011.

3. ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Trimestre	4T12	3T12	4T12 x 3T12	4T11	4T12 x 4T11
Receita Bruta (R\$ milhões)	851,2	820,6	3,7%	792,8	7,4%
Tarifa Média Bruta (R\$/ton)	21,8	20,2	7,9%	20,5	6,3%
Receita Líquida (R\$ milhões)	775,5	749,4	3,5%	727,5	6,6%
Tarifa Média Líquida (R\$/ton)	19,8	20,2	-2,0%	20,5	-3,4%
EBITDA (R\$ milhões)	274,3	291,1	-5,8%	264,6	3,7%
Margem EBITDA (%)	35,4%	38,8%	-3,4pp	36,4%	-1,0pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	107,3	132,3	-18,9%	120,0	-10,6%
Dívida Líquida/EBITDA ¹ (x)	2,04x	1,85x	10,3%	1,59x	28,3%

¹ EBITDA acumulado 12 meses.

Ano	2012	2011	2012 x 2011
Receita Bruta (R\$ milhões)	3.266,7	3.123,5	4,6%
Tarifa Média Bruta (R\$/ton)	21,0	20,5	2,4%
Receita Líquida (R\$ milhões)	2.989,8	2.862,4	4,5%
Tarifa Média Líquida (R\$/ton)	19,2	18,8	2,1%
EBITDA (R\$ milhões)	1.117,1	1.185,8	-5,8%
Margem EBITDA (%)	37,4%	41,4%	-4,0pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	440,1	520,9	-15,5%
Dívida Líquida/EBITDA 1 (x)	2,04x	1,59x	28,3%
¹ EBITDA acumulado 12 meses.			

Faturamento:

Mantendo o ritmo de crescimento contínuo na produção, a Companhia atingiu mais um recorde de volume transportado, superando a marca de 152,4 milhões de toneladas registrada em 2011 e alcançando 155,4 milhões de toneladas em 2012.



Alinhada ao aumento de volume transportado em 2012, a receita líquida atingiu R\$ 2.989,8 milhões, um crescimento 4,5% em relação ao ano anterior. Este incremento resultou do efeito direto da ampliação de 2,0% no volume transportado somado com o aumento de 2,1% na tarifa média líquida proveniente do reajuste via modelo tarifário para os clientes cativos combinado com reajustes pontuais nos contratos de carga geral.

Em comparação ao 3º trimestre de 2012, embora o volume transportado do 4º trimestre de 2012 tenha mostrado uma queda de 3,7%, explicada, principalmente pelo acidente ocorrido na Ferrovia do Aço no mês de novembro, que afetou a circulação dos trens no local por cerca de cinco dias, o aumento da tarifa média líquida de 7,6%, oriundo do acionamento de cláusulas contratuais de gatilho, decorrente de variações do preço do diesel, somado ao recebimento de "block rate", mecanismo adicional de proteção financeira da Companhia, mais do que compensou o revés sofrido na produção.

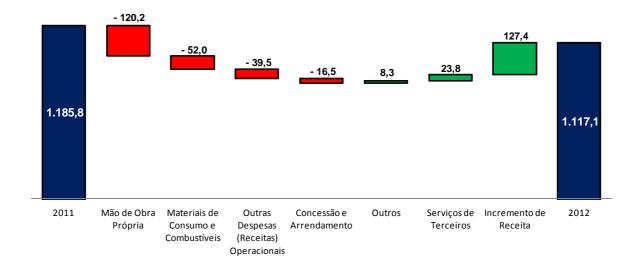
EBITDA e Lucro Líquido:

O maior foco da Companhia em confiabilidade e eficiência dos processos, aliado aos esforços para atingir níveis de excelência na produção, estão refletidos no crescimento contínuo do volume transportado e, consequentemente, em um dispêndio maior com novas contratações, consumo de materiais e combustíveis e manutenção dos ativos.

Dessa forma, o EBITDA totalizou em 2012 R\$ 1.117,1 milhões, uma queda de 5,8% em comparação ao ano anterior, enquanto a margem EBITDA apresentou uma redução de 4,1 pontos percentuais (pp) em relação a 2011, encerrando o ano em 37,4%. As principais variações de custos ocorreram nos seguintes grupos:



Evolução do EBITDA



- i. Mão de Obra Própria (+ R\$ 120,2 milhões): reflexo do aumento no headcount da Companhia, principalmente, pelo processo de primarização das atividades ligadas diretamente à operação, visando, em boa medida, a preparação para o crescimento do volume. Além disto, os aumentos salariais por acordo coletivo também impactaram neste acréscimo.
- ii. Materiais de Consumo e Combustíveis (+ R\$ 51,9 milhões): elevação da participação relativa de postos com menor benefício fiscal no mix de abastecimento das locomotivas e o aumento de manutenções leves de vagões visando melhoria de confiabilidade.
- iii. Outras Despesas (Receitas) Operacionais (+R\$ 39,5 milhões): refere-se, essencialmente, ao efeito não recorrente ocorrido em 2011 correspondente à adesão da Companhia ao programa de anistia promovido pela Secretaria da Fazenda do RJ que resultou em um impacto positivo no EBITDA daquele ano.
- iv. Concessão e Arrendamento (+ R\$ 16,5 milhões): o aumento observado nesta linha, reflete o reajuste anual baseado no IGP-DI acumulado em 12 meses de acordo com o critério estabelecido pelos contratos de concessão e arrendamento, além da atualização monetária do saldo em balanço de valores do período da carência relativo ao início dos contratos.



v. Serviços de Terceiros (- R\$ 23,8 milhões): em linha com o exposto no item "i" sobre o processo de primarização adotado pela Companhia, houve uma redução de custeio com a contratação de serviços de terceiros.

De forma sucinta, os eventos não recorrentes impactaram o EBITDA anual, gerando uma diferença desfavorável em R\$27,3 milhões para o ano de 2012, conforme pode ser visto no quadro abaixo:

Impacto no EBITDA - R\$ Milhões	2012	2011	Diferença
Adesão ao Programa de Anistia - ICMS/RJ	-	35,1	(35,1)
Reversão de Prognóstico - Causas Cíveis	-	29,0	(29,0)
Ajustes de Estoque	-	(16,7)	16,7
Ajuste de Provisão de Participação nos Resultados	9,1	-	9,1
Receitas de Lucros Cessantes de Seguros	11,0	-	11,0
Total Eventos não recorrentes no EBITDA	20,1	47,4	(27,3)

Refletindo os aumentos de custos abordados acima, o lucro líquido encerrou 2012 em R\$ 440,1 milhões, representando uma redução de 15,5% em relação ao exercício anterior, enquanto, no trimestre, apresentou uma queda de 19,0%. Principalmente no trimestre, observa-se que a diferença também é explicada pela aplicação de multas contratuais a determinados clientes durante o 3º trimestre de 2012 que somada à receita proveniente da venda de sucata, ambos lançados como Outras Receitas Operacionais, beneficiaram o resultado daquele trimestre. Na análise do ano, destaca-se o aumento da depreciação causado pelo acréscimo da base de ativos imobilizados, em especial, pela conclusão de projetos plurianuais ao longo de 2012.

Endividamento:

Trimestre	4T12	3T12	4T12 x 3T12	4T112	4T12 x 4T11
Dívida Bruta (R\$ milhões)	2.612,4	2.676,9	-2,4%	2.306,4	13,3%
Dívida Líquida (R\$ milhões)	2.280,9	2.054,0	11,0%	1.883,1	21,1%
EBITDA (R\$ milhões) ¹	1.117,1	1.107,5	0,9%	1.185,8	-5,8%
Dívida Líquida/EBITDA¹ (x)	2,04x	1,85x	10,3%	1,59x	28,3%
1 EDITOA agumulada 12 masas					

¹ EBITDA acumulado 12 meses.

² Dívida Líquida difere do valor apresentado em 2011 pois considera o valor de caixa restrito no cálculo



Para fazer frente aos investimentos realizados em 2012 da ordem de R\$ 1 bilhão, a Companhia captou R\$ 581,8 milhões, com o seguinte detalhamento:

- √ 5º emissão de debêntures, R\$300 milhões. Realizada em julho de 2012, a Emissão foi realizada com o intuito de reforçar o capital de giro da Companhia e alongar o perfil da dívida.
- ✓ BNDES Operações diretas e indiretas: R\$275,9 milhões. Essas operações têm como objetivo financiar a eliminação de gargalos logísticos, a modernização e recuperação de ativos, intervenções na via permanente, além da aquisição de material rodante.
- ✓ FINEP Financiadora de Estudos e Projetos: R\$5,9 milhões. Este é o último desembolso de empréstimo que tem por objetivo financiar o projeto de "Aplicação de Dormentes de Composto Plástico", com foco no desenvolvimento de alternativas ecologicamente sustentáveis para produção e utilização de dormentes.

Sem novas captações relevantes durante o 4º trimestre de 2012, a dívida bruta encerrou o trimestre em R\$ 2.612,4 milhões, redução marginal de 2,4% em relação ao 3º trimestre de 2012.

A dívida líquida, por sua vez, apresentou um aumento de 11,0% na comparação entre o 4º trimestre de 2012 e o 3º trimestre de 2012, explicado, principalmente, pela redução do caixa da Companhia no 4º trimestre de 2012, período no qual foi realizado o pagamento integral dos dividendos referentes ao exercício de 2011.

Com o EBITDA acumulado nos últimos doze meses no 4º trimestre de 2012 em linha com o apurado no 3º trimestre de 2012, o incremento da dívida líquida, decorrente da redução do caixa, foi refletido no indicador dívida líquida/EBITDA que passou de 1,85x no 3º trimestre de 2012 para 2,04x, permanecendo em nível confortável com os limites negociados entre os credores e a Companhia.



Demonstrativo do Fluxo de Caixa:

Demonstração do Fluxo de Caixa - R\$	Milhões	
	2012	2011
Caixa no Início do Período	398,5	387,2
Lucro Líquido	440,1	520,9
Depreciação e Amortização	360,7	258,9
Variação Monetária, Cambial e Encargos Financeiro	142,4	182,7
Ganho na Aquisição de Títulos a Receber	-	(7,7)
Baixa Valor Residual imobilizado e Investimento	11,0	20,7
Imposto de Renda Diferido	94,9	145,6
Outros	44,6	(42,2)
Lucro Líquido Base Caixa	1.093,5	1.079,0
Variações nos Ativos e Passivos	(246,7)	(25,6)
Contas a Receber e Partes Relacionadas	(61,8)	2,8
Estoques	27,0	(51,4)
Impostos a Recuperar	48,3	18,4
Fornecedores	(143,2)	179,0
Obrigações Fiscais	16,1	(54,6)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	30,7	31,6
Pagamento de Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(162,5)	(139,0)
Outros	(1,3)	(12,3)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	846,9	1.053,4
Imobilizado	(966,9)	(1.200,9)
Intangível	(17,2)	(16,8)
Atividades de Investimento	(984,1)	(1.217,7)
Captação Empréstimo e Financiamento	281,7	723,9
Adição de Debêntures	300,0	,-
Pagamento Empréstimo e Financiamento	(289,8)	(339,3)
Dividendos Pagos	(248,2)	(209,0)
Atividades de Financiamento	43,7	175,6
Caixa no Final do Período	305,0	398,5
Geração de Caixa	(93,6)	11,4

Em 2012, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais encerrou o ano R\$ 206,6 milhões abaixo do valor realizado em 2011. Esta redução deve-se, em boa medida, pelo pagamento mais expressivo aos fornecedores ao longo de 2012 para aquisição de material rodante, bem como o aumento do Contas a Receber de 2012, fruto, principalmente de (i) incremento de provisões relativas a mecanismos de proteção acordados com clientes cativos; e (ii) atrasos de recebimento em função de dificuldades por parte de clientes relacionadas à adequação ao novo documento fiscal de cobrança (Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe) .



A redução de R\$ 93,6 milhões no saldo de Caixa no Final do Período em relação ao ano anterior se deve aos fatores listados acima, bem como pelas captações realizadas a menor em 2012, totalizando R\$ 142,2 milhões abaixo de 2011.

4. PROJETOS E INVESTIMENTOS

Abaixo, são detalhados os grandes grupos de investimentos realizados em 2012:

Investimentos 2012	R\$ Milhões
Via Permanente ¹	481,6
Material Rodante (Locomotiva e Vagão) ²	274,5
Sistemas de eletroeletrônica	150,5
Programa SMS³	28,6
Oficinas	35,7
Diversos	52,9
Total	1.023,8

- 1) Investimentos em expansão e manutenção de via permanente
- 2) Investimentos em aquisição, confiabilidade e manutenção de material rodante
- 3) Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho

Em 2012, a MRS investiu R\$1.023,8 milhões, dando continuidade aos grandes projetos iniciados em 2010 e 2011. Dentre os projetos e iniciativas operacionais implantados no decorrer do ano para garantia do atendimento aos volumes de maneira eficiente e sustentável, destacam-se:

- ✓ Locomotivas: a MRS adquiriu da GE mais 24 locomotivas AC44.
- ✓ <u>Vagões</u>: foram adquiridos 120 vagões PQT e 50 vagões PET para atendimento ao transporte de produtos siderúrgicos. Essa expansão da frota, somada a iniciativas para aumento da produtividade, possibilitou o incremento da participação da MRS no transporte de produtos siderúrgicos. Foram adquiridos também 10 vagões GDU, com capacidade de carga superior ao GDT, que entrarão em operação para avaliação de desempenho no transporte de



minério. Para atendimento ao projeto Contrail foram comprados 2 vagões *Double Stack* penta-articulados com recebimento do primeiro em 2012 e o segundo previsto para 2013. Além destes, houve a aquisição de 1 vagão teste FLT (cimento).

- ✓ <u>Duplicações de trechos de via/pátios:</u> foram executados projetos importantes para o incremento do volume transportado, como a entrega da ampliação do pátio de Murtinho, conclusão da superestrutura da duplicação de Pombal-Guaíba (com sinalização pelo CBTC prevista para 2013), construção de mais 2 linhas no pátio de P2-14 na Ferrovia do Aço (com sinalização pelo CBTC previstas para 2013), entrega à operação da Alça dupla do P1-07 e do pátio de P1-06, também na Ferrovia do Aço, já com sinalização do CBTC e ampliação do pátio de Coruputuba (entrega à operação em 2013).
- ✓ <u>Segregação</u>: teve continuidade a obra de segregação da malha da CPTM, no trecho entre Manoel Feio e Suzano, consistindo em obras de infraestrutura e construção de obras de arte (pontilhões, viadutos e passarelas). Este investimento permitirá o incremento de volume de carga e de passageiros (no caso da CPTM) na Região Metropolitana de São Paulo. A obra conta com um investimento total da ordem de R\$160,0 milhões e apoio financeiro do BNDES, tendo sua finalização prevista para o segundo semestre de 2013.
- ✓ <u>Manutenção</u>: a MRS deu continuidade aos investimentos em manutenção pesada de locomotivas, vagões e da malha ferroviária, além do programa diferenciado de manutenção para a Ferrovia do Aço, bem como o programa Roda-Trilho.
- ✓ Relacionamento com comunidades: investimentos executados que aumentam a segurança do tráfego ferroviário, incluindo a sinalização de 17 passagens em nível, construção de 8 passarelas, entrega da passagem inferior de Belo Vale e a vedação da faixa de domínio da MRS nos estados de Minas Gerais e São Paulo.
- ✓ Confiabilidade de infraestrutura: Considerando que acidentes na infraestrutura (aterros e cortes) podem causar grande impacto na operação da malha, a MRS adota uma postura ativa, de forma a mitigar os riscos associados à confiabilidade da malha atuando de forma preventiva em pontos previamente



identificados com potencial de dano. As principais entregas em 2012 se resumem na execução de 42 obras de contenção planejadas, 35 obras emergenciais e instalação de telas em 22 pontos no Paraopeba, totalizando R\$85,5 milhões investidos.

5. PROJETOS TECNOLÓGICOS

A MRS está se preparando para operar com um sistema inovador, no Brasil e no mundo, para ferrovias de carga. O CBTC – *Communication Based Train Control* - proporcionará maior capacidade de transporte e maior segurança no tráfego ferroviário através de uma menor dependência da ação do ser humano. Em 2012, foram obtidos resultados significativos:

- ✓ Nova sinalização em toda Ferrovia do Aço (360 km) contribuindo para diminuição do *transit time*, aumento da segurança pela redução do trecho não sinalizado (57 km), aumento da capacidade de produção com a diminuição da distância entre trens (sessões de bloqueio de tamanho aproximado de 3 km).
- ✓ A Ferrovia do Aço foi contemplada ainda com a instalação do novo sistema de energia elétrica cuja tecnologia garante seu fornecimento de maneira ininterrupta e permite a sua operação e controle à distância por meio de um painel supervisório instalado no CCM – Centro de Controle de Manutenção, em Juiz de Fora (MG).
- ✓ Inauguração do Novo CCO Centro de Controle Operacional com investimento total de cerca de R\$ 5 milhões, utilizando o espaço de forma mais inteligente e funcional, para maior integração entre as áreas administrativas e operacionais. O CCO também recebeu um novo sistema informatizado possibilitando uma gestão do tráfego de forma padronizada, mais eficiente e mais segura para 70% da malha ferroviária.

Além disto, a MRS deu um salto tecnológico em 2012, se tornando a primeira ferrovia brasileira a utilizar um sistema digital para comunicação de voz. Este projeto trouxe um ganho significativo na qualidade de comunicação via rádio, em especial entre maquinistas e Centro de Controle Operacional, para 82% da sua malha ferroviária com



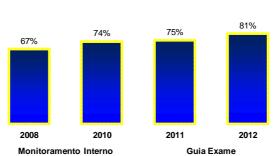
conclusão prevista para o ano de 2013, reduzindo aproximadamente 300 km de área de sombra.

6. RECURSOS HUMANOS E QUALIDADE

Em 2012, a MRS conquistou pelo segundo ano consecutivo a classificação entre as 150 Melhores Empresas para se Trabalhar, segundo o Guia Você S/A da Revista EXAME. Com excelente resultado, a empresa foi ainda escolhida como destaque no setor de Transportes e Logística, o que comprova o grande reconhecimento da empresa no mercado.

Esse prêmio decorre de um trabalho de construção de melhorias no ambiente de trabalho através de um processo de gestão contínua de clima organizacional, realizado por meio de metas de melhoria para fatores como: práticas de qualidade de vida, satisfação e motivação, liderança, aprendizado e desenvolvimento e identidade, reforçando nos colaboradores o orgulho de pertencer à MRS.

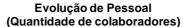
O Índice de Favorabilidade, no Guia Exame, em 2012 foi de 81%, superior ao ano de 2011, quando alcançamos 74,8% de favorabilidade.

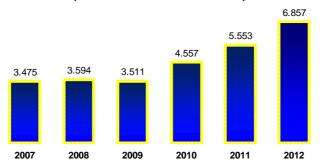


Evolução de Clima Organizacional

No ano de 2012, a MRS finalizou seu quadro total com 6.857 colaboradores, um aumento de 23,5% se comparado a 2011. A participação feminina também foi crescente durante os anos. Entre 2002 e 2012, a MRS dobrou a participação de mulheres no quadro de colaboradores. Foram realizadas 960 promoções em 2012, reforçando a política de valorização do pessoal interno.







Assim como ocorrido em 2011, uma importante parcela do aumento de quadro em 2012 foi caracterizada pelo processo de primarização, que vem sendo realizado na empresa especialmente nas atividades ligadas à área de manutenção. Objetiva-se um maior nível de comprometimento dos colaboradores, priorizando, assim, padrões máximos de confiabilidade e segurança para a operação.

Em relação ao *turn over* médio mensal, a Companhia permanece em níveis baixos, tendo atingido 0,83% em 2012, praticamente mantendo os índices dos anos anteriores:

ANO	ÍNDICE (%)
2010	0,75
2011	0,80
2012	0,83

7. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Relacionamento com Comunidades Lindeiras:

No ano de 2012, implantaram-se Comitês Regionais de Diálogo, que se constituem em espaços formais para que a MRS e lideranças comunitárias conversem sobre os impactos da operação ferroviária, buscando soluções compartilhadas. Os Comitês realizaram mais de 30 reuniões no ano e reportaram seus avanços e pontos chave



para que as situações mais críticas sejam devidamente gerenciadas e as diretrizes sejam definidas.

Adicionalmente, são realizados, anualmente, eventos com a participação dos principais líderes comunitários, denominados de "Espaço Aberto: MRS e Comunidade" com o objetivo de apresentar as iniciativas que a empresa vem realizando na região para a melhoria do relacionamento. No ano de 2012, foram realizados 4 eventos, reunindo mais de 120 lideranças comunitárias.

Outras Ações de Responsabilidade Social:

Em 2012, em parceria com os Conselhos Municipais de Direito da Criança e do Adolescente, a MRS patrocinou um total de 16 projetos sociais comunitários em 13 municípios, beneficiando mais de 16 mil crianças e adolescentes e investindo R\$ 0,5 milhão, por meio do Fundo da Infância e Adolescência (FIA). Além disto, a MRS patrocinou 10 projetos culturais e 2 projetos esportivos, utilizando as leis federais de incentivo, totalizando um investimento sociocultural de R\$ 2,6 milhões.

8. SAÚDE, MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO

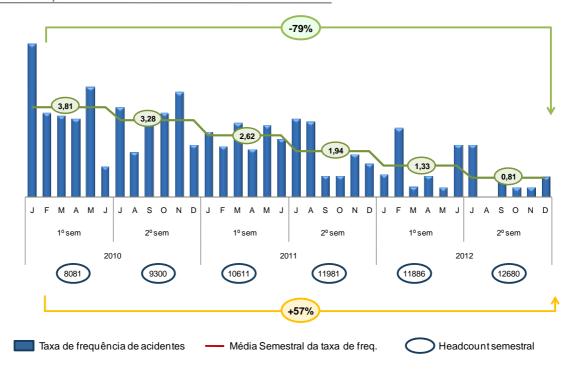
Segurança do Trabalho:

Os indicadores de segurança do trabalho estão melhorando a cada ano. A taxa de frequência de acidentes próprios e terceiros com afastamento apresentou um resultado 79% menor ao compararmos o 1º semestre de 2010 com o 2º semestre de 2012. No início de 2010, tínhamos, aproximadamente, 4 acidentes por milhão de homem hora trabalhado; atualmente o nosso índice é menor do que 1.

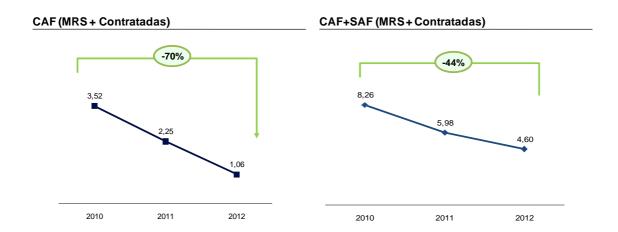


Evolução dos Acidentes de Trabalho CAF - MRS e Contratadas

Taxa de frequência de acidentes



Quando avaliamos os acidentes com e sem afastamento incluindo colaboradores próprios e terceiros, também há uma considerável redução da taxa de acidentes nos últimos 3 anos. Fechamos 2012 com uma redução de 44% com relação a 2010, conforme indicado no gráfico abaixo:





Ações de segurança têm sido intensificadas e outras implementadas em 2012, dentre as quais se destacam:

- Inspeções Planejadas: têm o objetivo de avaliar as instalações e documentações, garantindo condições adequadas de trabalho em conformidade com os requisitos legais. O processo foi revisado e melhorado, a periodicidade de realização passou a ser mensal e para cada não conformidade é gerado um plano de ação que é encaminhado para as áreas, buscando otimizar a realização das inspeções, aplicação de investimentos e controle dos desvios identificados. Além disso, foi instituto um selo de segurança para as situações críticas identificadas.
- Registro de Desvio de Segurança: fonte de informação para adoção de medidas de controle, para prevenir e corrigir possíveis perigos e danos. Esta ferramenta foi revisada no ano de 2012, visando sempre à melhoria continua do processo de registro dos desvios de segurança.
- Gestão de Riscos (Levantamento de Perigos e Danos LPD): identificação, avaliação dos perigos e danos associados às atividades desempenhadas na Companhia. A partir da avaliação dos perigos, medidas de controle são estabelecidas e os colaboradores treinados. Em 2012, foram revisados os Perigos e Danos de toda a da Diretoria de Operações e da Gerência Geral de Suprimentos.
- Procedimento de Saúde, Meio Ambiente e Segurança para Contratadas: foi estabelecida, em 2010, uma política com diretrizes claras e detalhadas de saúde, meio ambiente e segurança, que visam maior aderência aos nossos valores, aplicáveis às companhias contratadas. Em 2012, foram realizadas auditorias nas empresas contratadas, a fim de garantir o cumprimento dos requisitos definidos, o que também impacta no índice de desempenho dos fornecedores.
- Comunicados de Riscos: sendo fonte de informação para adoção de controle dos perigos existentes no ambiente de trabalho. Trata os desvios identificados de forma preventiva, evitando a exposição dos colaboradores a possíveis fontes de incidentes e acidentes. Obteve-se um resultado excelente com a



evolução de 34% no número de comunicados pertinentes, que cresceu de 5.220 em 2011 para 7.946 registros em 2012.

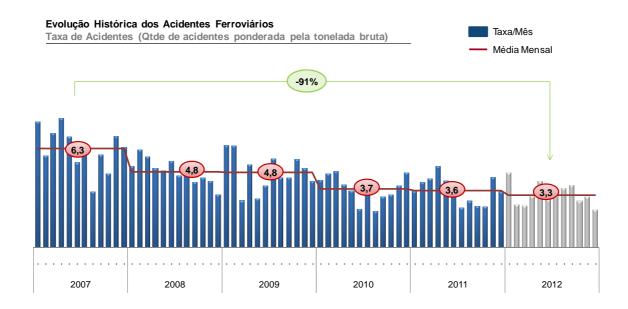
- Campanha de Segurança "Uma Vida Leva à Outra": continuidade desta campanha desenvolvida em 2011 com a parceria de uma agência especializada de endomarketing. A campanha está voltada para a conscientização dos colaboradores sobre a importância da vida e os impactos decorrentes do seu envolvimento em acidentes na vida de seus familiares e pessoas de seu círculo de relacionamento.
- Avaliação das máquinas e equipamentos da MRS com base no que estabelece à Norma Regulamentadora 12, onde todos os equipamentos da MRS foram avaliados.
- Realização de Reunião Mensal de Contratadas com as empresas consideradas críticas pela área de SMS, onde são apresentados os indicadores da MRS com as contratadas e as ocorrências de Segurança do Trabalho registradas no mês anterior à reunião, com o propósito de redução dos índices de acidentes.
- Realização do "Paradão de Segurança" que ocorre trimestralmente definindo critérios de liberação e conformidade de ferramentas, máquinas e equipamentos antes de sua aplicação nas áreas produtivas e demais áreas de atuação da MRS, visando assegurar que os perigos inerentes à utilização destes sejam identificados e controlados antes do inicio de sua atividade.
- Programa de Inspeção de Obras da área de Infraestrutura da MRS: mensalmente é enviada pela equipe de infraestrutura a listagem de obras vigentes para o mês que era inspecionado pelos técnicos de segurança da MRS, garantido a segurança dos colaboradores e evitando a ocorrência de acidentes de trabalho.

Segurança Operacional:

A MRS vem melhorando a cada ano o resultado de segurança operacional. Desde 2007, a taxa de acidentes ferroviários (quantidade de acidentes ponderada pela tonelada bruta transportada) vem tendo sucessivas reduções. De 2007 para 2012, tivemos uma redução de 91% neste indicador, saindo de uma taxa de 6,3 acidentes



por bilhão de TKB para 3,3. Este número inclui desde acidentes em terminais de clientes, outras ferrovias e envolvendo comunidades (atropelamentos e abalroamentos) até aqueles com participação direta da MRS (relacionados a falhas na operação e manutenção).



Com o objetivo de fortalecer a cultura de segurança na Companhia e promover ações voltadas à segurança das nossas operações, foi dado prosseguimento às rotinas já existentes, além de implementadas novas ações direcionadas para o assunto:

- "Operação Limpa Trilho": Equipes de vigilantes motociclistas que dão cobertura aos trens em trechos críticos eliminando eventuais riscos de atropelamento e abalroamento.
- Vedação de faixa de domínio: dando continuidade ao programa de proteção da linha, que já totaliza aproximadamente 620 km de via protegida, realizou-se a vedação de 9,7 km da faixa de domínio. Desde 1999, este programa busca não só reduzir as ocorrências de acidentes com terceiros (atropelamentos e abalroamentos), mas também garantir a integridade operacional e patrimonial das atividades ferroviárias.
- Revitalização das passagens em nível: o projeto que visa à adoção de um padrão de sinalização para as passagens em nível situadas ao longo da malha ferroviária teve continuidade em 2012, atendendo às normas de segurança



vigentes. Foram revitalizadas 144 passagens em nível, sendo 29 em Minas Gerais, 75 no estado do Rio de Janeiro e 40 no estado de São Paulo.

- Redução de interferências na comunidade: Já foram investidos mais de R\$ 100 milhões em 58 municípios: 32 passarelas, 5 viadutos e 30 sinalizações ativas.
 Os investimentos para a eliminação de interferências com a comunidade chegaram a R\$38,0 milhões em 2012 e em 2013 a previsão de investimento supera a casa dos R\$20,0 milhões.
- Campanha "Fique de Olho": campanha que tem o intuito de estabelecer parcerias para a redução dos atropelamentos na malha da MRS, por meio do envolvimento direto de colaboradores e terceiros que trabalham ao longo da via.
- "Operação Limpa Trilho": Equipes de vigilantes motociclistas que dão cobertura aos trens em trechos críticos eliminando eventuais riscos de atropelamento e abalroamento.
- Programas de Desenvolvimento Comportamental: são as iniciativas voltadas para a redução de acidentes causa falha humana. Alguns exemplos são o Programa Corporativo de Observação de Tarefas (realização de auditorias constantes para verificação do cumprimento de procedimentos), o Programa Força Tarefa (extensão do programa de Observação de Tarefas com realização de auditorias cruzadas realizadas por grupos multidisciplinares), acompanhamentos de viagens e auditorias de caixa preta (auditorias realizadas após a condução, visando identificar pontos de desvios).

Saúde Ocupacional:

• Programa de Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas - PPAD: O programa visa garantir um ambiente de trabalho seguro e livre das drogas, além de conscientizar os colaboradores sobre efeitos do uso indevido de drogas. Este programa é fundamental para a segurança das operações e de extrema importância para o combate a acidentes. No decorrer do ano de 2012, foram realizados cerca de 5670 testes, o que significa um aumento de aproximadamente 64% em relação ao ano de 2011. Os testes realizados estão distribuídos em suas diversas modalidades, dentre elas os testes motivados no qual são englobados os mutirões de PPAD. Os mutirões acontecem



mensalmente, os testes são realizados no próprio local de trabalho e todos os colaboradores ali presentes são testados.

- Campanhas de Vacinação: Em 2012, no mês de Maio, foi realizada a Campanha de vacinação contra Gripe, cujo objetivo é proporcionar aos nossos colaboradores ação preventiva ao combate da doença que é passível de vacinação, além de promover a saúde dentro do ambiente de trabalho. A campanha também envolveu os familiares dos colaboradores.
- Campanhas em Datas Pontuais: No decorrer do ano foram realizadas diversas campanhas de qualidade de vida, dentre elas: Dia Nacional de Prevenção de Acidente de Trabalho, Dia Mundial do Coração, Dia Internacional da Mulher, Dia Nacional da Saúde, Dia Nacional de Combate ao Fumo e Dia Nacional de Combate a AIDS, entre outras.
- Mamãe MRS: O curso tem por objetivo de esclarecer as gestantes sobre os primeiros cuidados com o bebê, o preparo da mama para amamentação e os cuidados com o corpo. Em 2012, foram realizados 8 cursos do programa nas localidades de Barra do Piraí, Conselheiro Lafaiete, Juiz de Fora, Botafogo (RJ), Lapa (SP), Horto Floretal (BH).
- Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional PCMSO: Foram mantidos os exames de promoção de saúde na grade dos exames ocupacionais (periódico e admissional) de todos os cargos (colesterol total e frações, uréia e creatinina, TGO e TGP, exame oftalmológico, raio-X de coluna lombosacra, dentre outros). A medida tem por objetivo monitorar a saúde dos colaboradores da MRS.
- Programa de Nutrição de Maquinista: O programa, iniciado em 2011, foi concluído em Abril de 2012, e teve por objetivo reformular toda a alimentação dos Maquinistas da MRS, em virtude de avaliação nutricional no qual foi possível concluir que a alimentação fornecida pela MRS não estava adequada e grande parte dos maquinistas encontrava-se acima do peso ideal. A partir disso, foram propostos melhorias para o cardápio da refeição e do lanche. O lançamento do programa foi marcado pelo Dia D, onde foram programadas diversas atividades (sessões de massagem, sorteios, palestras) nas escalas de maquinistas (MG, RJ e SP).



 Programa de Conservação Auditiva: Com o objetivo de prevenir danos ao sistema auditivo, decorrente de exposição ao ruído, em 2012, iniciaram-se as atividades do PCA. Ao longo do ano, foram feitos levantamentos de dados com base em audiometrias já realizadas, além de palestras educativas e informativas sobre o tema.

9. <u>DESENVOLVIMENTO DE RH</u>

A MRS consolida, a cada ano, sua universidade corporativa, denominada "Academia MRS". Em 2012, atingiu-se o índice de 78 homem/hora treinados, totalizando 498.900 horas de treinamento.



Em parceria com o Senai, formaram-se 423 operadores/mantenedores ferroviários, sendo 309 para a área de operação e 114 para a área de manutenção.





A Academia MRS formou a 3ª turma de Aprendizagem em Processos Administrativos para Pessoas com Deficiência (PcD) e também concluiu o 9º Programa de Trainees de nível superior com o desenvolvimento de 17 jovens recém graduados. Em 2013, o Programa de Trainees terá sua primeira turma mista, ou seja, os estagiários e colaboradores da empresa passarão por recrutamento e seleção exclusivamente interna e se juntarão aos candidatos externos durante o plano de desenvolvimento.

Iniciado em abril de 2012, o Programa de Desenvolvimento de Gestores Ferroviários capacitou 441 gestores e especialistas da MRS, ao longo da malha.

Em maio de 2012, 25 colaboradores concluíram a 3ª turma do curso de Especialização em Transporte Ferroviário de Carga, desenvolvido em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas Ferroviárias e o Instituto Militar de Engenharia.

A MRS em parceria com a Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora deu mais um passo importante na formação e qualificação de futuros profissionais do setor ferroviário, através da implementação de disciplina eletiva "Tópicos em Engenharia Ferroviária", iniciada no 2º semestre de 2012, onde foram ministrados os fundamentos de engenharia aplicados à ferrovia.

A Academia MRS estabeleceu parcerias para o desenvolvimento de colaboradores na área de vagões. Foram 60 mantenedores de vagões formados na instituição SAPE de Além Paraíba e 46 pelo Sindicato de Ouro Branco em Conselheiro Lafaiete.

10. ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

Importantes iniciativas vêm sendo implantadas pela MRS, trazendo tanto melhorias de processos como também a incorporação de estruturas e ativos à malha atual, ampliando a capacidade de transporte da Companhia.

Algumas destas iniciativas, mencionadas ao longo do relatório, já estão dando frutos, com destaque para a mudança do modelo operacional que, ao incorporar uma locomotiva permanente na composição, trouxe maior agilidade e eficiência aos fluxos de transporte oriundos do Quadrilátero Ferrífero (MG). Outro projeto que também já apresenta resultados é o CBTC (Communication Based Train Control), que opera com



tecnologia de ponta, sendo obrigatório nos Estados Unidos a partir de 2016. Por meio desse novo sistema, a MRS, que é a primeira ferrovia no mundo a implantá-lo, poderá trafegar seus trens em intervalos menores e com a mesma segurança, graças a um monitoramento eletrônico e preciso. O novo Centro de Controle da Operação – CCO, primeira entrega do Projeto CBTC ocorrida em setembro, já está contribuindo para os resultados. Entre os benefícios observados, está a redução, em média, de 20% no tempo de circulação dos trens de minério exportação em alguns trechos e recordes de agilidade registrados na manutenção da via permanente.

Outros importantes projetos, já em andamento, contribuirão com a operação nos próximos anos, em especial, aqueles que visam ao acréscimo de volume transportado nos fluxos compreendidos entre (e intra) os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Grande exemplo reside no projeto de segregação da linha férrea que hoje é compartilhada com a CPTM no trecho de 12km entre Suzano e Manoel Feio, denominado Segregação Leste. Este investimento possibilitará tanto à MRS quanto à CPTM o incremento de suas operações, refletindo, ainda, na retirada de caminhões que, atualmente, dificultam o tráfego nas estradas paulistas.

O projeto de substituição das locomotivas elétricas que hoje atuam na Cremalheira é outro exemplo do esforço de melhoria do atendimento do corredor ferroviário entre Rio de Janeiro e São Paulo. A Companhia recebeu as quatro primeiras locomotivas elétricas da *Stadler*, oriundas da Suíça, de um total de sete, com investimento somando cerca de R\$ 130 milhões, potência de 5 mil KW (cada uma) e 60% mais eficientes que as antigas máquinas que hoje trabalham no trecho de subida e descida da serra do Mar ("Sistema de Cremalheira"). Com estas novas locomotivas, a MRS poderá incrementar seu potencial de capacidade de movimentação de cargas naquele trecho, principalmente após a construção do Ferroanel.

Especificamente em São Paulo, a MRS investe na revisão e implantação de uma rede de terminais de transbordo para o transporte de contêineres, ampliando sua participação no segmento ao aumentar a produtividade, otimizar recursos e incrementar capacidade de transporte. Em fase de desenvolvimento, a primeira etapa do projeto contempla a aquisição de vagões e a adaptação – em alguns casos, a construção – de vias férreas e obras de infra-estrutura, permitindo a circulação com os vagões *Double Stack* (que possibilitam empilhar dois contêineres) em todo o trecho da Baixada Santista. Esse projeto inclui, ainda, a parceira com a Contrail – Operadora de Transporte Multimodal de Contêineres S.A. e a construção do TIPS – Terminal



Intermodal do Porto de Santos, que regulará e ordenará o transporte de contêineres entre as margens do porto. As obras civis para a construção do terminal e adaptação das vias férreas, com construção do desvio ferroviário e interferências aéreas estão em andamento, com início das operações previstas já para 2013. Os novos vagões, projetados especialmente para o transporte de contêineres, possibilitarão que a MRS dobre sua capacidade de movimentação em um mesmo tamanho de linha. Com isso, espera-se reduzir o gargalo logístico de acesso ao porto, o número de viagens e a emissão de gases poluentes, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da sociedade e do meio ambiente.

Já no estado do Rio de Janeiro, o projeto do Porto Sudeste ("Superporto Sudeste"), em construção na Ilha da Madeira, em Itaguaí, representa mais uma solução logística de escoamento de cargas. O minério de ferro extraído no Quadrilátero Ferrífero, na Região de Serra Azul, será transportado de Minas Gerais até o Superporto Sudeste pela MRS. Para isso, serão construídos, a partir da linha principal da MRS, um ramal e uma pêra ferroviária (linha férrea em formato de pêra utilizada para realização do descarregamento dos vagões e manobra dos trens). Após ser descarregado, usando um sistema duplo de viradores de vagões, o minério de ferro será conduzido pelas correias transportadoras até os dois pátios de estocagem. Dos pátios de estocagem, o produto será recuperado e seguirá por correias transportadoras até o píer, através de um túnel. As obras de construção foram iniciadas em julho de 2010. Previsto para começar a operar em 2013, com volume inicial de um milhão de toneladas, estima-se que o Superporto Sudeste terá capacidade operacional plena em 2014. Com investimento estimado de R\$ 2,4 bilhões, o empreendimento terá profundidade de 20 metros e estrutura marítima com dois berços para atracação capazes de receber navios do tipo capesize.

11. <u>AUDITORES INDEPENDENTES</u>

No exercício de 2012, a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias anuais e revisões trimestrais.

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos auditores independentes, a Companhia informa que não há outros serviços prestados por esta auditoria, a não ser os mencionados acima.



MRS LOGÍSTICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2012	2011
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	304.965	398.548
Caixa restrito	5	26.550	24.728
Contas a receber de clientes	6	24.574	13.651
Contas a receber com partes relacionadas	7	181.993	119.315
Outras contas a receber	8	10.071	7.306
Estoques	9	145.341	172.326
Tributos a recuperar	10	85.683	163.722
Despesas antecipadas	12	13.107	9.649
Outros ativos circulantes	13	8.667	26.643
Total do ativo circulante	_	800.951	935.888
NÃO CIRCULANTE			
Outras contas a receber	8	1.668	767
Despesas antecipadas	12	161.976	164.563
Tributos a recuperar	10	130.048	104.003
Outros ativos não circulantes	13	76.534	60.075
Imobilizado	14	4.833.036	4.190.851
Intangível	15	70.149	75.956
Total do ativo não circulante	_	5.273.411	4.596.215
TOTAL DO ATIVO	=	6.074.362	5.532.103

(Continua)



MRS LOGÍSTICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	2012	2011
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	16	151.196	120.541
Fornecedores		197.210	340.361
Obrigações fiscais	17	22.386	9.921
Empréstimos e financiamentos	18	382.448	309.301
Passivos com partes relacionadas	7	7.163	3.176
Dividendos a pagar		157	1.061
Dividendos mínimo obrigatório a pagar	19	104.517	123.722
Concessão e arrendamento a pagar	20	52.402	48.442
Adiantamento de cliente		2.833	8.517
Demais contas a pagar		4.380	5.575
Provisões		30.309	37.133
Total do passivo circulante		955.001	1.007.750
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	18	2.247.755	1.999.217
Concessão e arrendamento a pagar	20	74.537	73.916
Adiantamento de Clientes	-	21.210	-
Tributos diferidos	11.a	149.300	54.372
Provisões para contingências	22	117.370	99.489
Total do exigível a longo prazo		2.610.172	2.226.994
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	23.a	1.086.818	950.200
Destinação de reserva para aumento de capital	20.0	115.518	136.618
Reservas de lucro		1.306.853	1.210.541
Reserva legal	23.c	168.146	146.143
Reserva para investimentos	23.d	1.034.190	940.675
Dividendo adicional proposto	23.e	104.517	123.723
Total do patrimônio líquido	20.0	2.509.189	2.297.359
rotal do patimonio ngalao			2.201.000
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.074.362	5.532.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



MRS LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011. (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por mil ações do capital social)

	Nota explicativa	2012	2011
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS Custo dos serviços prestados	25 26	2.989.814 (1.970.583)	2.862.372 (1.738.057)
LUCRO BRUTO	-	1.019.231	1.124.315
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas Outras receitas operacionais	26 26 27	(10.875) (221.969) 117.755	(10.346) (196.705) 180.585
Outras despesas operacionais	27	(147.688)	(170.940)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		756.454	926.909
RESULTADO FINANCEIRO Receitas financeiras Despesas financeiras	28 28	337.723 (420.141) (82.418)	131.335 (265.609) (134.274)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		674.036	792.635
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Corrente Diferido	11.a 11.b	(139.038) (94.927)	(126.055) (145.644)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	- =	440.071	520.936
QUANTIDADE DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO - MILHARES	=	340.000	340.000
LUCRO POR MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO - R\$	=	1.294,33	1.532,16
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO ORDINÁRIA PREFERENCIAL	24 24	1,24 1,36	1,47 1,61
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO PREFERENCIAL	24	1,36	1,61
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financ	eiras.		



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2012	2011
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		440.071	520.936
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		440.071	520.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
FILIVO DE CAIVA DAC ATIVIDADES ODEDACIONAIS	explicativa	2012	2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS Lucro líquido do exercício		440.071	520.936
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas		440.071	320.330
atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	26	360.666	258.933
Variação monetária/cambial e encagos financeiros ativos e passivos	28	142.354	182.663
Ganho na aquisição de títulos a receber		-	(7.668)
Amortização adiantamento concessão e arrendamento		9.261	9.261
Imposto de renda diferido	11.b	94.927	145.644
Valor residual do imobilizado baixado	27	10.951	20.743
Provisão para contigência	27	18.259	(64.020)
Amortização despesa antecipada		17.146	12.583
Outros		(105)	(56)
	-	653.459	558.083
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(13.234)	2.195
Créditos com partes relacionadas	7	(48.564)	1.053
Estoques	9	26.985	(51.436)
Impostos a recuperar	10	48.349	18.377
Despesas antecipadas	12	(21.459)	(15.822)
Outros ativos		14.022	(1.241)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Concessão e arrendamento a pagar	20	(4.111)	2.614
Fornecedores		(143.151)	179.021
Débitos com partes relacionadas	7	3.988	(15.504)
Obrigações fiscais	17	90.394	46.133
Obrigações sociais e trabalhistas	16	30.655	31.606
Pagamento IRPJ/ CSLL		(74.284)	(100.721)
Pagamento juros sobre empréstimos e financiamentos		(162.509)	(139.004)
Demais contas a pagar		6.258	17.144
Caixa gerado pelas atividades operacionais	-	846.869	1.053.434



DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2012	2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições do imobilizado	14	(966.901)	(1.200.911)
Adições de intangível	15	(17.247)	(16.763)
Caixa líquido atividades de investimento	-	(984.148)	(1.217.674)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação empréstimos e financiamentos	18	281.741	723.892
Pagamento empréstimos e financiamentos	18	(289.800)	(338.243)
Operações de leasing financeiro	18	-	(1.024)
Debêntures	18	300.000	=
Dividendos pagos		(248.245)	(209.024)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	-	43.696	175.601
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	:	(93.583)	11.361
Caixa e equivalentes			
Saldo inicial		398.548	387.187
Saldo final		304.965	398.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011. (Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de 1.000 ações)

				Reservas de lucros					
	Nota explicativa	Capital social	Destinação para aumento do Capital Social	Legal	Retenção para investimentos	Dividendos adicionais propostos	Total	Lucros acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		950.200	-	120.096	829.848	104.222	1.054.166	-	2.004.366
Aumento de capital	23.a	-	136.618	-	(136.618)	-	(136.618)	-	-
Aprovação dos dividendos propostos		-	-	-	-	(104.222)	(104.222)	-	(104.222)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	520.936	520.936
Destinação do resultado									
. Reserva legal	23.c	-	-	26.047	-	-	26.047	(26.047)	-
. Dividendos propostos	23.e	-	-	-	-	123.723	123.723	(247.445)	(123.721)
. Retenção para investimentos	23.d				247.445	<u> </u>	247.445	(247.445)	-
SALDO EM 31 DEZEMBRO DE 2011		950.200	136.618	146.143	940.675	123.723	1.210.541	-	2.297.359
Aumento de capital - AGO de 27/04/2012	23.a	136.618	(136.618)	-	-	-	-	-	-
Proposta de aumento de capital - RCA de 22/03/2013	23.a	-	115.518	-	(115.518)	-	(115.518)	-	-
Aprovação dos dividendos propostos		-	-	-	-	(123.723)	(123.723)	-	(123.723)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	440.071	440.071
Destinação do resultado	20			00.000			22.222	(00.000)	
. Reserva legal	23.c	-	-	22.003	-	-	22.003	(22.003)	- (404.547)
. Dividendos propostos	23.e	-	-	-	-	104.517	104.517	(209.034)	(104.517)
. Retenção para investimentos	23.d				209.034		209.034	(209.034)	-
SALDO EM 31 DEZEMBRO DE 2012		1.086.818	115.518	168.146	1.034.190	104.517	1.306.853	-	2.509.189
As notas explicativas são parte integrante das demonstraçõ	es financeiras.								



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2012	2011
RECEITAS			
Vendas de serviços de frete Outras receitas	25 27	3.266.717 117.754	3.123.465 180.585
		3.384.471	3.304.050
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo Prod., Mercs e Servs Vendidos	26	(1.120.023)	(1.096.508)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	26	(95.558)	(90.861)
Outros	27	(108.267)	(163.162)
		(1.323.848)	(1.350.531)
VALOR ADICIONADO BRUTO		2.060.623	1.953.519
RETENÇÕES			
Depreciação, amortização e exaustão	26	(360.666)	(258.933)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		1.699.957	1.694.586
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	28	337.723	131.335
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) TOTAL A DISTRIBUIR		2.037.680	1.825.921
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (RECEBIDO)			
Pessoal e encargos	26	498.352	388.964
Impostos, taxas e contribuições	0	672.409	643.922
Remuneração de capitais de terceiros		426.848	272.099
Remuneração de capitais próprios		440.071	520.936
Dividendos	19,23.e	209.034	247.444
Lucros retidos	23	231.037	273.492
		2.037.680	1.825.921
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. Contexto operacional

A "MRS" é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da Concedente, a Companhia arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

O contrato de concessão estabelece metas a serem cumpridas pela Companhia, relacionadas com o aumento da produção no transporte de cargas e com a redução do número de acidentes nas linhas férreas. Caso essas metas não sejam alcançadas, a União Federal poderá determinar, por decreto federal, a intervenção na Companhia, pelo prazo máximo de 180 dias, ao final do qual a concessão poderá ser extinta ou devolvida à Companhia. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados. Em 31 de dezembro de 2012, a MRS estava em dia com o cumprimento das metas citadas acima.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas aplicáveis às concessionárias de serviço de transporte ferroviário definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2013.

3. Políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposto em contrário.

a) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviço de transporte

A receita com prestação de serviços de transporte de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida quando as cargas são transportadas, conforme contrato de prestação de serviços. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros e variações monetárias e cambiais sobre aplicações financeiras, adiantamentos a fornecedores, contas a receber de clientes e empréstimos e financiamentos. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

Outras receitas operacionais

As demais receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

futuros serão gerados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

b) Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento inicial

Os instrumentos financeiros da Companhia incluem, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, fornecedores, empréstimos e financiamentos, contas a pagar e instrumentos derivativos.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto para instrumentos que sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

ii. Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado – mantidos para negociação: um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Após reconhecimento inicial os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de contabilidade de cobertura definidos pelo CPC 38. Também se enquadram nesta categoria as aplicações financeiras da Companhia.

Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis com vencimento definidos para os quais a entidade tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Inicialmente são reconhecidos pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado.

Esta categoria está basicamente representada por contas a receber de clientes pela prestação de serviços e/ou vendas de materiais no decurso normal da atividade da Companhia. As contas a receber de clientes normalmente são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor presente quando considerado relevante, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente para fazer face às perdas



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

prováveis na realização dos créditos em atraso. Pelo fato da carteira de clientes estar concentrada em seus acionistas, o risco de crédito é considerado nulo e, desta forma, a Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos: são passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimento definidos para os quais a entidade tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Inicialmente são reconhecidos pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos: a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. A Companhia optou por não aplicar a metodologia de contabilidade de cobertura (hedge accounting).

c) Moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

d) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa os numerários em espécie, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede os valores líquidos de realização. Provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

f) Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de que se tenha incorrido em perda no valor recuperável.

A Companhia avalia anualmente se há evidência objetiva de perda no valor recuperável de um ativo financeiro utilizando os seguintes critérios:

- dificuldade financeira do emissor ou tomador;
- quebra de contrato, tal como descumprimento ou atraso nos pagamentos;
- probabilidade do devedor entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira

O valor da perda por *impairment* corresponde à diferença entre a quantia contabilizada do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. O montante da perda é reconhecido no resultado.

Caso em período posterior, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda do valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado.

g) Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se o



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

i) Imposto de renda e contribuição social – corrente

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

j) Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, desde que seja provável que os lucros tributáveis futuros possam absorver as diferenças temporárias dedutíveis e créditos e perdas tributários ainda não utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis serão suficientes para absorver o ativo tributário diferido, total ou parcialmente.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados usando-se a taxa de imposto esperada para aplicação no ano em que o ativo será realizado, ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 no ano para imposto de renda e 9% para contribuição social, vigentes na data do balanço.

Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, da base de cálculo desses tributos, calculando o imposto de renda e contribuição social diferido sobre essas diferenças.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

k) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos. Os terrenos não são depreciados. As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos são:

	0,	Vida útil (
Grupos de Ativos	%	(em anos)
Imóveis (via permanente, pátios)	6,25	14
Locomotivas novas	4,17	24
Locomotivas usadas	8,33	12
Revisão geral de locomotivas	12,50	8
Vagões	3,33	30
Revisão geral de vagões	10,00	10
Veículos rodoviários	20,00	5
Esmerilhadora e carro de controle (TEV)	10,00	10
Equipamentos e ferramentas	10,00	10
Equipamentos de processamento de dados	20,00	5
Móveis e utensílios	10,00	10



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

I) Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

m) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os gastos com desenvolvimento de ativos gerados internamente também são capitalizados e seus valores farão parte do custo do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

n) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos à captação dos recursos.

o) Arrendamentos e concessões

A Companhia possui concessão onerosa de serviço público decorrente dos contratos de concessão e arrendamento. Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 — Contratos de Concessão, em função do Poder Concedente não controlar a quem os serviços devem ser prestados, nem o preço a ser cobrado. Prevalece a relação comercial entre a MRS e seus clientes.

p) Benefícios a empregados

i. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina um plano de previdência do tipo contribuição definida, o qual requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia.

A Companhia concede também benefício de assistência à saúde pós-emprego a funcionários, conforme Lei 9.656/98 e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011, que regulamenta os artigos 30 e 31 da referida lei. O custeio dos benefícios concedidos é estabelecido separadamente para cada plano. Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos, anualmente, como receita ou despesa no resultado do exercício.

Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de aposentadoria.

q) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou sua demonstração do valor adicionado nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas.

r) Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretaçãoes de normas são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2013.

CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – traz a definição de valor justo, estabelecendo em um único pronunciamento uma estrutura para a sua mensuração e as exigências de divulgação. Substancialmente correlacionado ao IFRS 13. A Companhia entende que não haverá mudanças relevantes em suas demonstrações financeiras.

CPC 36(R3) – Demonstrações Consolidadas – cria um pronunciamento específico para às demonstrações consolidadas, determina que as empresas de controle compartilhado não mais serão consolidadas, esclarece os aspectos relacionados a definição de controle e influência significativa e elimina conflitos entre este pronunciamento. Substancialmente correlacionado ao IFRS 10. Não será aplicável à Companhia.

CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades - consolida em uma única norma todos os requerimentos de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos em conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. Substancialmente correlacionado ao IFRS 12. Não será aplicável à Companhia.

CPC 18(R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto – a principal alteração refere-se aos resultados decorrentes de transações ascendentes (*upstream*) entre a controlada e a controladora e de transações entre as controladas do mesmo grupo econômico que devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis da vendedora. Substancialmente correlacionado ao IAS 28. Não será aplicável à Companhia.

CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados – as principais modificações referem-se aos planos de benefícios definidos. Ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos integralmente como Outros Resultados Abrangentes com isto ficando extinto o método do "corredor". Custo dos serviços passados sem direito adquirido não podem mais ser diferidos pelo período futuro de aquisição do direito ao benefício. A despesa/ receita financeira do plano passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

desconto, utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido. Substancialmente correlacionado com o IAS 19. Não haverá alteração para Companhia pois nossos benefícios estão na modalidade de contribuição definida.

CPC 19(R2) – Negócios em Conjunto - altera o pronunciamento original, principalmente quanto à eliminação da opção de se consolidar proporcionalmente os investimentos controlados em conjunto, e estabelece a diferenciação entre uma controlada em conjunto (*joint venture*) e acordos de operação conjunta (*joint operations*). A norma apresenta uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Substancialmente correlacionado ao IFRS 11. Não será aplicável à Companhia.

s) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode eventualmente levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e também em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido com base no prazo e nível prováveis de lucros tributáveis futuros.

Benefícios de Aposentadoria

Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego e previdência complementar são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para Desativação de Ativos

A Companhia provisiona os custos de desativação de fixação das torres de transmissão para uso no sistema de licenciamento de trens da Ferrovia do Aço.

Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto e ao custo esperado para a futura desativação e remoção das torres.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Ambientais

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos.

A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, as mesmas são ajustadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Circulante		
Disponibilidades		
Caixa e bancos	2.555	2.000
Aplicações financeiras		
No país:		
CDB	148.522	198.795
Debêntures	148.935	193.218
	297.457	392.013
No Exterior:		
Time Deposit	4.953	4.535
	4.953	4.535
Total das Aplicações Financeiras	302.410	396.548
Caixa e equivalentes de caixa	304.965	398.548

Do total de R\$302.410 (R\$396.548 em 31 de dezembro de 2011) das aplicações, têm-se:

- i. R\$297.457 (R\$392.013 em 31 de dezembro de 2011) aplicados em títulos emitidos por bancos no Brasil. Deste total, as aplicações que não possuem liquidez imediata estão sujeitas ao prazo máximo de 21 dias de carência, podendo ser resgatadas antes do vencimento, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a instituição financeira. Essas aplicações são lastreadas em CDB e debêntures (operação compromissada), com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários CDI, encontrando-se na faixa entre 80,00% e 104,00%.
- ii. R\$4.953 (R\$4.535 em 31 de dezembro de 2011) em aplicações financeiras disponíveis no exterior, em 31 de dezembro de 2012, representadas por depósitos a prazo com remuneração média de 0,25% ao ano.

Classificam-se as aplicações de R\$302.410 como mantidas para negociação, uma vez que fazem parte da política de gestão do caixa da Companhia, com a possibilidade de venda ou de recompra no curto prazo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e considerando também as taxas futuras de papéis similares.

5. Caixa restrito

O caixa restrito refere-se à aplicação financeira vinculada aos financiamentos do BNDES relativos ao FINEM e ao DULC, sendo parte da garantia da operação.

Esta aplicação, no montante de R\$26.550 (R\$24.728 em 31 de dezembro 2011), está lastreada em debêntures (operação compromissada realizada com bancos no Brasil) com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários — CDI entre 100,50% e 101,30%.

6. Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes no valor de R\$ 24.574 em 31 de dezembro de 2012 (R\$13.651 em 31 de dezembro de 2011) está representado basicamente pelos valores a receber relacionados aos serviços prestados de frete ferroviário.

7. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladoras, empresas ligadas e profissionais chave da administração.

As transações com partes relacionadas estão associadas, principalmente, à prestação de serviço público de transporte ferroviário e foram realizadas em prazos e condições normais de mercado.

A Companhia possui os seguintes saldos referentes às transações com partes relacionadas:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- Ativo

Contas a	receber
2012	2011
79.491	41.843
35.749	28.962
36.298	24.887
19.547	11.680
3.646	1.987
7.208	9.956
54	-
181.993	119.315
	79.491 35.749 36.298 19.547 3.646 7.208

O prazo médio de recebimento do contas a receber com partes relacionadas é inferior a 20 dias.

- Passivo

	Dividendos	a pagar	Adiantamentos de clientes		Passivo com partes relacionadas		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
VALE /MBR	46.059	54.522	475	31	3.576	2.818	
USIMINAS	-	-	25	2	2	3	
CSN	28.470	33.701	85	21	1.631	16	
NACIONAL MINÉRIOS	11.006	13.028	158	158	-	-	
GERDAU	1.313	1.554	468	127	68	-	
MINERAÇÃO USIMINAS	-	-	-	-	675	-	
UPL	11.150	13.199	-	-	-	-	
OUTROS	6.676	8.779	<u> </u>	<u>-</u>	<u> </u>		
	104.674	124.783	1.211	339	5.952	2.837	

- Resultado

	Receita de	serviços (*) Outras		Receita de serviços (*) Outras receitas (**)			Outras de	spesas
	2012	2011	2012	2011	2012	2011		
VALE /MBR	1.413.046	1.308.255	1.586	12	219	-		
USIMINAS	176.058	162.535	34.240	1.199	-	-		
CSN	376.175	403.116	3.933	2.135	128	-		
NACIONAL MINÉRIOS	409.499	379.127	1.668	881	257	-		
GERDAU	67.514	66.734	21.721	68	-	-		
MINERAÇÃO USIMINAS	195.368	131.573	338	3.982	-	-		
OUTROS	645			<u> </u>				
	2.638.305	2.451.340	63.486	8.277	604			



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- (*) Apresentada bruta de impostos.
- (**) Referem-se basicamente aos serviços prestados de manutenção de terminais ferroviários, soldagem de transporte de trilhos, além de cessão de imóvel, venda de sucata e multa contratual (*take or pay*).

Pessoal chave da administração

A remuneração paga ao pessoal chave da administração da Companhia, a qual inclui seu Presidente e Diretores, estatutários, está demonstrada a seguir:

011
6.020
4.902
132
277
11.331

8. Outras contas a receber

	2012	2011
Títulos a receber	3.605	3.153
Demais contas a receber	8.134	4.920
	11.739	8.073
		_
Circulante	10.071	7.306
Não Circulante	1.668	767

Títulos a receber

O valor de R\$3.605 (R\$3.153 em 31 de dezembro de 2011) de títulos a receber representa o saldo restante dos precatórios adquiridos em 2010 e utilizados em março de 2011 para quitar débitos à vista referentes ao ICMS RJ.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Demais contas a receber

O valor de R\$8.133 (R\$4.920 em 31 de dezembro de 2011) é composto, basicamente, por valores a receber decorrentes de venda de sucata, prestação de serviço de manutenção, aluguéis e outros valores não relacionados ao serviço de fretes ferroviários.

9. Estoques

_	2012	2011
Peças para manutenção de locomotivas	87.723	94.599
Peças para manutenção vagões	19.914	39.162
Materiais de via permanente	10.241	11.189
Importações em andamento	3.855	2.040
Materiais de manutenção eletrônica	6.713	7.026
Combustíveis	1.241	1.738
Suporte técnico	5.984	5.795
Outros	9.670	13.597
Provisão para perda		(2.820)
<u>-</u>	145.341	172.326

A redução de R\$26.985 nos estoques de 31 de dezembro de 2012 em relação a 31 de dezembro de 2011, deve-se a gestão mais eficiente dos estoques, visando liberar capital de giro e mantendo os índices de atendimento à manutenção.

Em 2012 foi efetuada a baixa da provisão para perda devido à realização dos ajustes de estoques, composto basicamente por itens de manutenção de locomotivas, vagões e via permanente.

10. Tributos a recuperar

	2012	2011
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	149.971	156.662
Antecipação de IRPJ e CSLL	-	10.836
PIS / COFINS a recuperar	57.506	93.713
Imposto de renda retido na fonte	7.535	5.809
IRPJ/ CSLL a compensar	247	50
Outros	472	655
	215.731	267.725



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Circulante	85.683	163.722
Não circulante	130.048	104.003

ICMS

O saldo de ICMS a recuperar do ativo circulante e não circulante refere-se aos créditos decorrentes das aquisições de bens para o ativo imobilizado e das compras de insumos, líquidos de provisão para perda de créditos não recuperáveis, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 56.855 e R\$ 93.116 (R\$79.499 e R\$77.163 em 31 de dezembro de 2011), respectivamente.

De acordo com o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002, em 03 de janeiro de 2012, foi concedido Regime Especial pela Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais autorizando a transferência de crédito acumulado de ICMS, no valor de R\$72.881, para empresa Usiminas Mecânica S.A., a título de pagamento pela aquisição de vagões durante os anos de 2012 e 2013. A transferência deste crédito se dará conforme cronograma de entrega dos vagões, sendo que o Regime Especial que tinha validade até 31 de janeiro de 2013 foi prorrogado para 31 de maio de 2013.

Antecipação de IRPJ e CSLL

Em 31 de dezembro de 2012 as antecipações do imposto de renda e contribuição social foram utilizadas para compensação do IRPJ/ CSLL a Pagar.

PIS/COFINS a recuperar

Em função de Regimes Especiais concedidos pelo Fisco para alguns clientes da MRS, as receitas de frete sobre mercadorias desses clientes destinadas ao mercado externo, ficaram suspensas de PIS e Cofins. Por consequência, a MRS vinha acumulando saldo credor desses tributos. Entre maio e setembro de 2012, a Companhia compensou os créditos acumulados com outros tributos federais no valor de R\$44.600. O saldo de PIS e Cofins a recuperar no valor de R\$20.574 e R\$36.932 em 31 de dezembro de 2012 (R\$66.873 e R\$26.840 em 31 de dezembro de 2011) no circulante e não circulante, respectivamente, refere-se principalmente ao crédito de bens do ativo fixo que se recupera em 48 parcelas.

Imposto de renda retido na fonte

O montante de R\$ 7.535 em 31 de dezembro de 2012 (R\$5.809 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos – *swap*.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

IRPJ/CSLL a compensar

O saldo de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$247 (R\$50 em 31 de dezembro de 2011), refere-se a ajustes de IR/CSLL retidos na fonte sobre serviços de exercícios anteriores. Esses valores serão compensados durante o próximo exercício.

11. Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e da		
contribuição social	674.036	792.635
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/ CSLL pela alíquota nominal:	229.172	269.496
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:	4.793	2.203
Ajuste de estoque	2.473	5.207
Demais despesas com doações	1.100	121
Perda com investimento audiovisual	419	132
Despesa com projeto empresa cidadã	122	136
Ganho REFIS 2009	-	(555)
PAT	(2.301)	(2.166)
Incentivo Fiscal - Lei Rouanet	(1.367)	(1.006)
Fundo da infância e adolescência	(540)	(326)
Esporte	(500)	(349)
Outros	5.387	1.009
IRPJ/ CSLL no resultado do período	233.965	271.699
Corrente	139.038	126.055
Diferido	94.927	145.644
IRPJ/ CSLL no resultado do período	233.965	271.699



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos tributários diferidos registrados no ativo e passivo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir:

_		2011		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Ativo				
Provisão contingências	29.342	10.563	39.905	33.826
Provisões diversas	11.537	4.153	15.690	14.954
Provisão ganhos/perdas				
financeiras	(4.208)	(1.515)	(5.723)	(5.791)
Provisão plano saúde	3.043	1.096	4.139	4.980
Provisão perda ICMS	897	323	1.220	8.073
Provisão perda estoque	212	76	288	1.247
Outros	607	220	827	1.885
Total ativo	41.430	14.916	56.346	59.174
Passivo Depreciação	87.330	31.439	118.769	76.397
Depreciação acelerada vagões e	07.550	31.433	110.703	10.551
locomotivas	64.005	-	64.005	24.747
Capitalização de juros Instrumentos financeiros derivativos -	13.477	4.851	18.328	10.488
swap Leasing locomotivas e equipamentos	2.146	772	2.918	-
de informática P&D depreciação acelerada 2008 –	1.016	366	1.382	1.594
Lei 11.196/05 P&D depreciação acelerada 2009 –	222	-	222	279
Lei 11.196/05	16	6	22	41
Total passivo	168.212	37.434	205.646	113.546
Total líquido	126.782	22.518	149.300	54.372



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis.

Abaixo estão demonstrados os saldos a serem compensados em até 12 meses e nos próximos exercícios.

		2012			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total		
Curto prazo	14.513	2.682	17.195		
Longo prazo	112.269	19.837	132.105		
	126.782	22.519	149.300		

(c) Imposto de renda e contribuição social no passivo circulante

	2012	2011
Imposto de renda		
Despesa corrente Antecipações e compensações do período	(90.405) 85.155	(85.602) 93.998
Contribuição social		
Despesa corrente Antecipações e compensações do período	(48.633) 43.523	(40.453) 41.871
Total IRPJ/CSLL a pagar	(10.360)	

Os valores de antecipação que excederam a despesa corrente de IR e CSLL estão registrados em "Impostos a recuperar" (nota 10).

12. Despesas antecipadas

	2012	2011
Adiantamento arrendamento	170.541	172.941
Outras despesas antecipadas	4.542	1.271
	175.083	174.212



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Circulante	13.107	9.649
Não circulante	161.976	164.563

Adiantamento arrendamento

As parcelas do arrendamento estão registradas no ativo circulante e não circulante nos montantes de R\$8.817 e R\$161.724(R\$8.817 e R\$164.124 em 31 de dezembro de 2011), respectivamente.

Os adiantamentos por arrendamento são apropriados ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de arrendamento (360 meses). A parcela do circulante compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até 365 dias.

A descrição da operação está mencionada na nota explicativa nº 20.

Outras despesas antecipadas

As outras despesas antecipadas referem-se a despesas com seguros, despesas com serviços de manutenção do sistema operacional (Oracle – EBS) da Companhia e demais obrigações pagas antecipadamente.

13. Outros ativos circulantes e não circulantes

O grupo de outros ativos circulantes e não circulantes é composto da seguinte forma:

	2012	2011
Depósitos judiciais	42.834	45.202
Instrumentos financeiros - swap (vide nota 29)	26.044	11.899
Adiantamento a terceiros	8.667	20.421
Ativos disponíveis para venda	4.233	4.589
Investimento audiovisual	3.423	4.607
	85.201	86.718
		_
Circulante	8.667	26.643
Não circulante	76.534	60.075

Depósitos judiciais

A companhia possui depósitos judiciais recursais e para garantia de execução à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei. São



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante até que haja decisão judicial. Estão assim distribuídos:

	2012	2011
Trabalhista	16.238	17.570
Cíveis	16.024	17.996
Tributárias	10.572	9.636
	42.834	45.202

Adiantamento a terceiros

Os adiantamentos a terceiros correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores e funcionários como adiantamento de férias, empréstimos de férias e outros adiantamentos.

Ativos disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda referem-se, basicamente, aos ativos sucateados na operação da Companhia.

Investimento audiovisual

Representam os investimentos realizados para produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras, de acordo com a Lei 8.685/93.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

14. Imobilizado

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

_	Bens imóveis	Locomotivas	Vagões	Imobilizado em curso	Outros	Total
Custo						
Em 31/12/2011	1.508.509	1.773.906	1.306.940	977.918	235.560	5.802.833
Adições	-	-	_	1.006.806	62	1.006.868
Transferências	492.261	292.632	259.308	(1.137.093)	92.892	-
Transferências p/ Intangível	-	-	-	(16.910)	-	(16.910)
Baixas	-	(21.201)	(3.474)	(5.828)	(6.349)	(36.852)
Em 31/12/2012	2.000.770	2.045.337	1.562.774	824.893	322.165	6.755.939
Depreciação						
Em 31/12/2011	(424.204)	(628.203)	(443.410)	-	(116.165)	(1.611.982)
Adições	(141.705)	(94.080)	(71.706)	-	(30.564)	(338.055)
Transferências	1	-	(648)	-	647	-
Baixas	-	20.206	1.199	-	5.729	27.134
Em 31/12/2012	(565.908)	(702.077)	(514.565)	-	(140.353)	(1.922.903)
Valor residual líqu	ıido					_
Em 31/12/2012	1.434.862	1.343.260	1.048.209	824.893	181.812	4.833.036
Em 31/12/2011	1.084.305	1.145.703	863.530	977.918	119.395	4.190.851

Custos de empréstimo capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados até 31 de dezembro de 2012 foi de R\$36.150 (R\$29.842 em 31 de dezembro de 2011). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de financiamentos passíveis de capitalização foi de 7,9% ao ano, que representa a taxa média dos financiamentos da Companhia.

Arrendamentos mercantis financeiros

Em 30 maio de 2012 liquidamos o contrato de arrendamento mercantil financeiro e desta forma não há saldo em 31 de dezembro de 2012(R\$815 em 31 de dezembro de 2011).

Imobilizações em andamento

As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização e telecomunicação arrendados, como também na compra de locomotivas e vagões que são transferidos para as contas definitivas do imobilizado e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Avaliação valor recuperável do ativo

Conforme determina o CPC 01, em dezembro de 2012, a Companhia avaliou o valor contábil de seus ativos e não há nenhuma indicação de perda no valor recuperável a ser reconhecida.

Revisão de vida útil

Em atendimento ao Pronunciamento Contábil CPC 27 – Imobilizado, a vida útil econômica dos principais ativos da Companhia é revisada frequentemente e houve a necessidade de redução da vida útil dos componentes de via permanente e pátios, entre eles trilhos e dormentes, de 16 anos para 14 anos em 2012, conforme laudo técnico elaborado pelos engenheiros da Companhia.

15. Intangível

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	Concessão	Software	Sistemas informatizados	Projetos em Andamento	Total
Custo					
Em 31/12/2011	15.478	5.833	136.256	7.615	165.182
Adições	337	-	-	-	337
Transferências do Imobilizado	-	-	-	16.910	16.910
Transferências	-	4.665	6.913	(11.578)	-
Baixas	-	-	-	-	-
Em 31/12/2012	15.815	10.498	143.169	12.947	182.429
Amortização					
Em 31/12/2011	(6.706)	(3.434)	(79.086)	-	(89.226)
Adições	(444)	(1.597)	(21.013)	-	(23.054)
Baixas	-	-	-	-	-
Em 31/12/2012	(7.150)	(5.031)	(100.099)	-	(112.280)
Valor residual lí	quido				
Em 31/12/2012	8.665	5.467	43.070	12.947	70.149
Em 31/12/2011	8.772	2.399	57.170	7.615	75.956

A parcela referente à concessão (direito de outorga) está registrada no ativo intangível no montante de R\$8.665 (R\$8.772 em 31 de dezembro de 2011) e é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	2012	2011
Obrigações Sociais		
INSS	21.194	17.083
FGTS	5.089	4.245
Outros	907	404
	27.190	21.732
Obrigações Trabalhistas		
PPR – Plano de Participação nos	46.701	36.712
Resultados		
Provisão para férias	28.875	22.686
Bônus	16.267	13.127
Salários a pagar	16.215	13.125
IRRF a pagar	4.640	3.778
Outros	11.308	9.381
	124.006	98.809
	151.196	120.541

17. Obrigações fiscais

	2012	2011
	5.040	
Imposto de renda	5.249	-
Contribuição social	5.111	-
ICMS	4.711	4.611
Cofins	3.625	1.346
PIS	787	293
Outros	2.903	3.671
	22.386	9.921



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

18. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

	2012	2011
Moeda nacional	_	
BNDES:	1.415.713	1.296.105
FINAME (a)	619.667	667.627
DULC (b)	436.420	454.082
FINEM (c)	359.626	174.396
Debêntures (d)	581.338	316.057
NCE - Nota de Crédito à Exportação (e)	170.449	170.775
BDMG (f)	41.607	40.119
FINEP (g)	18.210	14.742
IBM - Resolução 2770 (h)	1.784	5.372
Instrumentos financeiros derivativos - swap (vide nota 29)	4.086	-
Arrendamento mercantil financeiro (i)		353
	2.233.187	1.843.523
Moeda estrangeira		
Banco de Tokyo (j)	153.453	140.884
Ex-Im (k)	110.522	117.684
FINIMP(I)	70.746	121.875
Financiamento IFC (m)	70.555	94.343
	405.276	474.786
Total de empréstimos e financiamentos	2.638.463	2.318.309
	(0.000)	(0.704)
Custos da transação	(8.260)	(9.791)
Total de empréstimos e financiamentos + custo de		
transação	2.630.203	2.308.518
Circulante	382.448	309.301
Não circulante	2.247.755	1.999.217
Tad on oriento	2.2 00	1.000.217

O fluxo de amortização dos financiamentos não circulantes é como segue:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

				Após	
	2014	2015	2016	2016	Total
FINAME	105.365	104.124	101.405	188.176	499.070
DULC	68.264	68.264	68.264	164.540	369.332
FINEM	39.833	50.024	50.024	206.310	346.191
Debêntures	37.500	37.500	137.500	318.750	531.250
NCE - Nota de Crédito à					
Exportação	-	85.000	85.000	-	170.000
BDMG	8.906	8.906	8.906	11.812	38.530
FINEP	3.207	3.207	3.207	5.344	14.965
Banco de Tokyo	-	-	153.263	-	153.263
Ex-Im	17.677	17.677	17.677	39.773	92.804
Financiamento IFC	12.772	12.772	12.772		38.316
_	293.524	387.474	638.018	934.705	2.253.721

Em 31 de dezembro de 2012 os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados da seguinte forma:

	Curto prazo	Longo prazo				Total	
	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total	
Financiamento BNDES – FINEM	124	141	103	86	169	499	623
Debêntures	698	630	557	457	523	2.167	2.865
Financiamento IFC	329	194	121	84	-	399	728
EX-IM	1.105	923	741	559	591	2.814	3.919
DULC/ BNDES	38	31	24	18	14	87	125
	2.294	1.919	1.546	1.204	1.297	5.966	8.260

Moeda nacional:

- (a) Os FINAME's, financiamentos com recursos do BNDES, com saldo de R\$619.667 em 31 de dezembro de 2012 (R\$667.627 em 31 de dezembro de 2011) possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e referem-se a:
 - Operação para compra de vagões e locomotivas, sujeitas a encargos de TJLP mais "spread", equivalente a uma TIR (taxa interna de retorno) de 8,2% ao ano, ou taxa



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

fixa de 4,50% ao ano com saldo de principal de R\$619.667 em 31 de dezembro de 2012 (R\$667.421 em 31 de dezembro de 2011).

- Operação de "BNDES Automático", sujeita a TJLP mais "spread" de 2,30% ao ano foi liquidada ao longo de 2012. Essa operação tinha como objetivo a duplicação de trechos da via permanente, dentre outros projetos, e apresentava saldo igual a R\$206 em 31 de dezembro de 2011.

Estas operações possuem como garantia a alienação fiduciária dos bens financiados.

- (b) O DULC, operação direta com o BNDES, com saldo de R\$436.420 em 31 de dezembro de 2012(R\$454.082 em 31 de dezembro de 2011) possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a encargos de TJLP mais "spread" de 0,58% ao ano até 1,48% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. Esta operação tem como objetivo financiar projetos de gargalos logísticos, de modernização e recuperação de ativos, além de compras de locomotivas. A garantia deste contrato é composta por recebíveis de contratos comerciais, direitos emergentes da concessão e aplicação financeira correspondente ao valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento.
- (c) As operações de FINEM, contratadas junto ao BNDES, no montante de R\$359.626 em 31 de dezembro de 2012 (R\$174.396 em 31 de dezembro de 2011) possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e estão sujeitas a encargos de TJLP mais "spread" de 1,40% ao ano até 4,01% ao ano ou taxa fixa de 5,50% ao ano. Estes financiamentos estão destinados à implantação de equipamentos que visam à redução do número de acidentes ocorridos em áreas urbanas de influência da MRS, à melhoria do ciclo operacional, por meio da eliminação de passagens em nível e da vedação da faixa de domínio e à aquisição de material rodante. Os investimentos incluem, dentre outros, a construção de passarelas, viadutos e passagens inferiores.

Essas operações têm como garantia recebíveis de contratos comerciais, alienação fiduciária dos bens financiados, direitos emergentes e aplicação financeira no valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento.

(d) Debêntures:

4ª Emissão

A Companhia emitiu, em 9 de junho de 2010, R\$300.000,00 em debêntures não conversíveis sob a instrução CVM n°. 476. A operação tem como finalidade o financiamento de investimentos em expansão da via e modernização e melhorias de equipamentos, locomotivas e vagões. As debêntures foram emitidas em uma série indexada de acordo com a variação CDI mais uma taxa fixa nominal de 1,5% ao ano (taxa efetiva de 1,70% ao ano), sendo juros pagos semestralmente durante o período de carência, de 24 (vinte e quatro) meses, e mensalmente após. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$270.418 (R\$316.057 em 31 de dezembro de 2011). No



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as condições contratuais da 4ª Emissão de debêntures permaneceram inalteradas em relação às publicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

5ª Emissão

Em 18 de julho de 2012, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures não conversíveis sob a instrução CVM nº. 476. A operação tem como finalidade reforço do capital de giro e alongamento do perfil da dívida da Companhia.

A emissão teve as seguintes características:

• Data de emissão: 18/07/2012;

• Espécie: quirografária;

 Séries: as debêntures foram emitidas em uma série indexada de acordo com a variação do CDI acrescida de sobretaxa equivalente a 0,9% definida após o processo de *Bookbuilding*, sendo juros pagos semestralmente durante todo período da Emissão e com amortização anual no 4º, 5º e 6º ano;

Quantidade: 300.000 debêntures;

• Valor nominal: R\$1 mil

Vencimento: 18/07/2018;

Data de Captação: 18/07/2012;

Banco coordenador líder: Banco Votorantim S.A.;

• O Banco coordenador líder atuará como formador de mercado buscando fornecer liquidez ao papel no mercado secundário;

Repactuação: não haverá repactuação;

- Resgate Antecipado: as debêntures não poderão ser parcial ou totalmente resgatadas antecipadamente por iniciativa da Emissora;
- Covenants Financeiros: (i) manutenção, durante todo prazo da emissão e desde que haja debêntures em circulação, da relação dívida financeira líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0 e (ii) manutenção, durante todo prazo da emissão e desde que haja debêntures em circulação, da relação EBITDA/despesas financeiras



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

líquidas superior a 4,0 ou menor que 0 (zero), no caso das Receitas Financeiras superarem as Despesas Financeiras.

- (e) A captação realizada via NCE Nota de Crédito à Exportação, junto ao Banco Santander, com saldo de R\$170.449 em 31 de dezembro de 2012 (R\$170.775 em 31 de dezembro de 2011), possui taxa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 111% do CDI e tem por finalidade dar apoio à atividade da Companhia através da ampliação e construção de pátios e terminais, duplicação e manutenção da via permanente, além da aquisição de trilhos. Não há garantia para este contrato.
- (f) O financiamento contratado junto ao BDMG Banco de Desenvolvimento Minas Gerais no valor total de R\$50.000, dividido em duas *tranches* uma no valor de R\$35.000 com taxa nominal igual a IPCA mais taxa fixa de 5,76% ao ano, com TIR de 11,5% ao ano, e a outra no valor de R\$15.000, com taxa nominal de SELIC meta mais taxa fixa de 2% ao ano, com TIR de 11,1% ao ano, tem por finalidade a aquisição de equipamentos para modernização da malha ferroviária. O saldo de R\$41.607 em 31 de dezembro de 2012 (R\$40.119 em 31 de dezembro de 2011) é referente à liberação da primeira parcela do empréstimo no valor de R\$40.000, sendo R\$28.000 referente à primeira *tranche* e R\$12.000 referente à segunda *tranche*, acrescido da variação monetária no período. Este contrato tem como garantia carta de fiança.
- (g) O saldo de R\$18.210 em 31 de dezembro de 2012 (R\$14.742 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao empréstimo realizado junto à FINEP Financiadora de Estudos e Projetos. Este financiamento possui taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 5,50% ao ano. O objetivo da operação é financiar o projeto "Aplicação de Dormentes de Composto Plástico", cujo foco é o desenvolvimento de alternativas ecologicamente sustentáveis para produção e utilização de dormentes. Este contrato tem como garantia carta de fiança.
- (h) O saldo de R\$1.784 em 31 de dezembro 2012 (R\$5.372 em 31 de dezembro de 2011) refere-se à contratação, em maio de 2008, de um empréstimo na modalidade de repasse efetuado de acordo com a Resolução 2770 do Banco Central, junto ao Banco IBM, no valor de R\$17.719, para aquisição de equipamentos de informática. A operação possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeita a encargos de CDI mais 0,29%. A Companhia não constituiu garantia para este contrato.
- (i) O contrato de arrendamento financeiro (*leasing*) de equipamentos de informática, firmado em 24 de abril de 2008, com o valor original de R\$3.056, e prazo de 48 meses, tendo a taxa correspondente a 100% do CDI, foi liquidado em 31 de maio de 2012.

Moeda estrangeira:

(j) O financiamento junto ao Banco de Tokyo, com saldo de R\$153.453 em 31 de dezembro de 2012 (R\$140.884 em 31 de dezembro de 2011) possui taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 3,19% ao ano de dezembro de 2011 até dezembro



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

de 2013 e 3,44% ao ano de dezembro de 2013 até dezembro de 2016. Contratado e desembolsado em dezembro de 2011, esta operação teve como objetivo reforçar o caixa da Companhia para os crescentes investimentos realizados por ela. A Companhia não constituiu garantia para este contrato.

- (k) O financiamento junto ao US Export-Import Bank (Ex-Im), com saldo de R\$110.522 em 31 de dezembro de 2012 (R\$117.684 em 31 de dezembro de 2011) está sujeito à taxa fixa nominal de 3,30% ao ano, (taxa fixa efetiva de 4,26% ao ano). Contratado em março de 2009 e desembolsado em abril do mesmo ano, esta operação teve como objetivo a compra de 38 locomotivas novas, as quais constituem a própria garantia do contrato.
- (I) Os FINIMPs, com saldo de R\$70.746 em 31 de dezembro de 2012 (R\$121.875 em 31 de dezembro de 2011), estão sujeitos à variação cambial mais juros, compostos de LIBOR mais "spread", equivalente a uma TIR de 2,3% ao ano. Não houve captações de FINIMP em 2012 e para as operações já contratadas a Companhia não constituiu garantia, ou seja, são operações "clean". Estas operações têm como objetivo o financiamento de importações, basicamente, de locomotivas e trilhos.
- (m) O financiamento junto ao IFC, com saldo de R\$70.555 em 31 de dezembro de 2012 (R\$94.343 em 31 de dezembro de 2011), possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a LIBOR mais "spread" de 1,10% ao ano até 1,30% ao ano. Esta operação tem como garantias locomotivas e recebíveis de contratos comerciais, além dos direitos emergentes da concessão.

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas relativas à manutenção de certos índices financeiros.

Os covenants, que possuem prazo de carência de até três meses, foram atendidos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

No ano de 2012 alguns *covenants* foram repactuados com os bancos e estão demonstrados na tabela a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

		2012	2011
Contratos	Indicadores	Índice padrão	Índice padrão
	- índice de cobertura do serviço da dívida	maior ou igual a 1,5	maior ou igual a 1,5
IFC	- quociente da dívida líquida pelo EBITDA	menor ou igual a 2,5	menor ou igual a 2,5
	- quociente da dívida bruta pelo ativo tangível líquido	menor ou igual a 2,0	menor ou igual a 2,0
BNDES	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 2,5	menor ou igual a 2,5
Debêntures 4ª	- dívida líquida / EBITDA (*)	menor ou igual a 2,5	menor ou igual a 2,0
emissão	- EBITDA / resultado financeiro	maior ou igual a 4,0	maior ou igual a 4,0
FINIMP	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 2,5	menor ou igual a 2,5
	- EBITDA / despesa financeira líquida	maior ou igual a 4,0	maior ou igual a 4,0
Banco Tokyo	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 3,0	menor ou igual a 3,0
	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 3,0	não aplicável
Dêbentures 5ª emissão	- EBITDA / Despesa Financeira Líquida	maior que 4,0 ou menor que 0(zero)	não aplicável

^{*}Em março de 2012 este covenant foi renegociado e passou a ser menor ou igual a 2,5.

19. Dividendo mínimo obrigatório a pagar

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, conforme legislação societária.

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	440.071	520.936
Apropriação para reserva legal	(22.004)	(26.047)
Lucro líquido base para determinação do dividendo	418.067	494.889
Dividendos obrigatórios – 25%	104.517	123.722



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

20. Concessão e arrendamento a pagar

	2012	2011
Concessão a pagar	6.347	6.118
Arrendamento a pagar	120.592	116.240
	126.939	122.358
		_
Circulante	52.402	48.442
Não circulante	74.537	73.916

Os contratos de concessão e arrendamento prevêem que para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento da malha e dos bens destinados à prestação desses serviços, a Companhia pagará o total em 116 parcelas trimestrais, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2012 restavam 54 parcelas trimestrais de R\$64.865, totalizando o montante de R\$3.502.710. Estes valores já incluem a capitalização dos juros contratuais de 10% ao ano e a atualização monetária até 31 de dezembro de 2012, com base no último índice contratual, IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

As obrigações da concessão são registradas linearmente, pelo regime de competência, e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) no passivo circulante tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência (7 meses) que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

O montante de R\$126.939 em 31 de dezembro de 2012 (R\$122.358 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao reconhecimento das obrigações a pagar pela concessão e arrendamento incorridos até esta data.

Em janeiro de 2013, a Companhia efetuou o pagamento da 63ª parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$64.865(R\$61.622 e R\$3.243, respectivamente).

21. Provisões para benefícios a empregados

Plano de previdência complementar

A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de julho de 1999, é elegível para todos



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

os colaboradores admitidos a partir daquela data. O plano é de contribuição definida e, portanto, a Companhia, como patrocinadora do plano, não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais.

O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$6.597 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$5.901 em 31 de dezembro de 2011), as quais foram registradas como despesa do exercício.

Em 31 de dezembro de 2012, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de previdência complementar no valor de R\$96, as quais foram devidamente provisionadas.

Plano de assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e respectivos cônjuges administrado junto à Seguradora Bradesco Saúde. O plano tem como política a participação parcial de cada colaborador (contribuições fixas mensais), através do modelo de pós-pagamento. Em função da adoção desta política, a extensão deste benefício está garantida ao colaborador e seu grupo familiar após a demissão e aposentadoria (período pós-emprego) conforme os artigos nº. 30 e 31 da Lei 9.656/98, respectivamente, e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011.

A Companhia oferece também um plano de pós-pagamento administrado pela Unimed Juiz de Fora. Entretanto, não há usuários aposentados ou demitidos durante o período pós-emprego e a expectativa de adesão dos futuros usuários aposentados é nula.

Em 31 de dezembro de 2012 o plano contava com 16.823 vidas na Bradesco e 693 na Unimed Juiz de Fora, totalizando 17.516 vidas.

A Companhia adota a política contábil de reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente no resultado, isto é, são totalmente reconhecidos como despesa ou receita do próprio exercício. O plano não possui ativos de cobertura.

As contribuições realizadas pela Companhia ao plano de assistência médica administrado pela Bradesco Saúde S.A e Unimed totalizaram R\$17.610 em 31 de dezembro de 2012 (R\$14.373 em 2011).



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2011	15.401
Ganho reconhecido no resultado	(2.381)
Passivo atuarial em 31/12/2012	13.020

b. Movimentação do Passivo Atuarial:

Passivo atuarial no início do período em 31/12/2011	15.401
Custo do serviço corrente	1.614
Juros sobre a obrigação atuarial	1.618
Ganho nas obrigações	(5.613)
Passivo atuarial em 31/12/2012	13.020

c. Despesa a ser reconhecida na Demonstração do Resultado do próximo exercício:

	2013
Custo do serviço corrente	582
Juros sobre as obrigações atuariais	1.355
Total da despesa a ser reconhecida	1.937

d. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial:

Taxa de desconto	4,75% a.a.
Inflação de longo prazo	5,50% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	3,75% a.a.
Fator de envelhecimento	3,00% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

Seguro de vida

Os funcionários participam de seguro de vida em grupo garantido pela Sul América Seguros. Em 2012 a Companhia contribuiu com R\$587 (R\$534 em 2011) com seguro de vida de seus funcionários.

Cláusula nº 56 do acordo coletivo

Até 30 de abril de 2012 vigorava a cláusula nº 56 do acordo coletivo da Companhia que determinava o pagamento de um aviso prévio adicional, no valor do salário base, nos casos de dispensa sem justa causa de funcionários que contarem com mais de 12 anos de serviços prestados à empresa. A partir de 1° de maio de 2012, está cláusula foi substituída pela 57° que determina a aplicação do disposto na Lei 12.506 de 11 de outubro de 2011.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Em 31 de dezembro de 2012 revertemos o passivo atuarial relativo ao benefício pósemprego, mensurado por um atuário independente em 31 de dezembro de 2011.

22. Provisões para contingências

As provisões para contingências passivas estão compostas como segue:

	2011	Adições	Atualizações	Baixas	2012
Previdenciárias e trabalhistas	63.975	25.911	1.019	(13.245)	77.660
Cíveis	35.212	10.485	1.084	(7.071)	39.710
Ambientais	302			(302)	
	99.489	36.396	2.103	(20.618)	117.370

A Companhia é parte em diversas ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e ambiental oriundas do curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2012, os valores envolvidos nesses processos totalizavam R\$840.569, dos quais a Companhia provisionou o montante de R\$117.370 (R\$99.489 em 31 de dezembro de 2011), referente aos processos de probabilidade de perda considerada provável por seus consultores jurídicos e cujos valores são quantificáveis. Esse montante não incluiu as contingências de responsabilidade da RFFSA, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme Edital de Desestatização, item 7.2.

a. Fiscais

No âmbito fiscal, a Companhia é parte em 137 processos administrativos e judiciais. O valor total envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$352.199. Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia não efetuou nenhuma provisão referente a estas ações.

Os processos fiscais em curso versam, em sua maioria, sobre o questionamento da exigência de recolhimento (i) glosa de créditos de ICMS incidente sobre bens de uso e consumo, no Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo; (ii) de IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA; (iii) de PIS e COFINS sobre a importação de bens (trilhos e locomotivas), decorrentes do direito ao enquadramento da Companhia dentre os beneficiários do REPORTO (importação com a suspensão do PIS e da COFINS); (iv) de PIS e COFINS sobre a partilha de fretes a pagar (receita de terceiros



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

incluída em nosso faturamento) e (v) exclusão de valores da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A seguir são indicados os principais processos fiscais nos quais a Companhia é parte.

ICMS – glosa de créditos bens de uso e consumo – Estado do Rio de Janeiro

Em 06 de janeiro de 2008, foi lavrado o Auto de Infração nº 03.160438-2 (Processo Administrativo nº E-34/046.007/05), decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, no período de janeiro de 2001 a junho de 2004. O valor atualizado do débito é de R\$47.934. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, que foi julgada improcedente. O Recurso Especial interposto pela Companhia foi julgado em 07 de dezembro de 2011, sendo negado provimento ao mesmo, por maioria dos votos. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

Na mesma data (06 de janeiro de 2008), a Companhia foi autuada, pela Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro, por motivo de glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo. O objeto do Auto de Infração nº 03.204072-7 compreende julho de 2004 a dezembro de 2006 (Processo Administrativo nº E-04/451.765/2007), e o valor atualizado desta cobrança é de R\$45.116. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, que foi julgada improcedente. O Recurso Especial da Companhia foi parcialmente provido, por maioria de votos, para excluir da autuação os bens integrantes do seu ativo fixo, sendo mantida a glosa de créditos sobre o restante dos bens - insumos considerados pela fiscalização como uso e consumo. Em virtude do esgotamento da discussão na esfera administrativa foi ajuizada a Execução Fiscal nº 0008403-52.2011.8.19.0006, garantida pela Companhia por meio de oferecimento de seguro garantia, tendo sido opostos os competentes Embargos à Execução Fiscal. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

Em 17 de agosto de 2009, foi lavrado o Auto de Infração nº 03.229964-6, decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, no período de janeiro de 2007 a junho de 2009 (Processo Administrativo nº E-04/041.871/2009). O valor atualizado do débito é de R\$38.421. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, que foi julgada improcedente. O Recurso Especial interposto pela Companhia se encontra pendente de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

Em 30 de agosto de 2010, foram lavrados os Autos de Infração nºs 03.242426-9 e 03.242427-7, decorrentes da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, nos



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

períodos, respectivamente, de julho de 2009 a junho de 2010 e de janeiro de 2005 a dezembro de 2009 (Processos Administrativos nºs E-04/045.144/2010 e E-04/045.145/2010). O valor atualizado dos débitos é de R\$6.825. A Companhia apresentou impugnações administrativas às autuações, que se encontram pendentes de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

• ICMS – glosa de créditos bens de uso e consumo – Estado de São Paulo

Em 07 de dezembro de 2009, foi lavrado o Auto de Infração nº 31245626, decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2005. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação. Houve decisão desfavorável e a Companhia interpôs Recurso Especial já admitido no que se refere à decadência do direito do fisco de efetuar o lançamento, aguarda-se julgamento. O valor atualizado do débito é de R\$67.029. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

• Execução de honorários na Execução Fiscal nº 2003.006.001251-7 ICMS/RJ - Diferencial de Alíquotas

A Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro move ação de cobrança de honorários advocatícios nos autos dos Embargos à Execução Fiscal nº 2004.006.006709-0 (Execução Fiscal nº 2003.006.001251-7 – ICMS/RJ – Diferencial de Alíquotas) contra a Companhia. O valor atualizado do débito é de R\$1.120. Já houve decisão favorável à Companhia, contra a qual a Fazenda Pública Estadual interpôs recurso, ainda pendente de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

• ICMS – requerimento de aproveitamento de créditos extemporâneos – Estado do Rio de Janeiro

Trata-se de créditos de ICMS decorrentes de aquisições de materiais destinados ao ativo fixo da Companhia, realizadas entre setembro de 2004 e novembro de 2005, no valor de R\$3.193. Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia foi intimada acerca da decisão que indeferiu o requerimento de aproveitamento de créditos extemporâneos de ICMS formulado pela Companhia, contra a qual foi interposto recurso, ainda pendente de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

• IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta Rede Ferroviária Federal S/A

A Companhia é parte em 64 processos administrativos e judiciais que dizem respeito à cobrança do IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA por



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

parte de diversos municípios situados nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. O valor dos débitos soma R\$1.095. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

PIS e COFINS sobre partilhas de fretes

Em 10 de abril de 2003, a Companhia foi autuada no valor total atualizado de R\$10.840, pela Secretaria da Receita Federal, em razão da diferença no recolhimento do PIS e da COFINS em função da exclusão dos valores transferidos a terceiros a título de tráfego mútuo da sua base de cálculo, no período de janeiro de 1998 a dezembro de 2002 (Processos Administrativos nº 18471.000721/2003-90 e 18471.000722/2003-34). O Recurso Voluntário interposto pela Companhia foi parcialmente provido para afastar a exigência fiscal das diferenças apuradas no recolhimento do PIS e da COFINS, decorrente da exclusão de sua base de cálculo dos valores transferidos a terceiros a título de tráfego mútuo, no período compreendido entre janeiro e março de 1998, em razão do reconhecimento da decadência do direito da Fazenda Pública de efetuar os respectivos lançamentos. Contra tal decisão foi interposto Recurso Especial pela Companhia, pendente de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a possibilidade de perda, razão pela qual não há provisionamento.

PIS e COFINS variação cambial

Em agosto de 2006, a Companhia foi autuada no valor total de R\$97.168, em razão da exclusão dos valores decorrentes de variação cambial da base de cálculo do PIS e da COFINS referentes ao período (não sucessivo) de fevereiro de 2002 a julho de 2004 (Processos Administrativos nºs 18471.000899/2006-83 e 18471.000897/2006-94). Em agosto de 2010 a Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) deu provimento ao Recurso Especial da Companhia, no que se refere ao período de fevereiro a novembro de 2002 (PIS) e fevereiro de 2002 a dezembro de 2003 (COFINS). Em 18 de julho de 2012 a Companhia ajuizou ações anulatórias com objetivo de que os débitos remanescentes de COFINS (18471.000897/2006-94) e PIS (18471.000899/2006-83), incidentes sobre as receitas decorrentes de variação cambial ativa sejam integralmente anulados. Com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

Execução Fiscal – PIS e COFINS

Em 20 de outubro de 2010, a Companhia foi citada em relação à Execução Fiscal nº 2009.51.01.530010-0, que objetiva a cobrança judicial de débitos de PIS e COFINS objeto das Certidões de Dívida Ativa nº 70.6.07.012931-62, 70.6.07.013080-20 e 70.7.07.001233-68, cujos montantes atualizados representam R\$5.576, originados dos processos administrativos nº 10070.000466/2002-13 e 10070.000285/2002-89. A Companhia já discutia tais cobranças na Medida Cautelar nº 2007.51.01.016575-0 e Ação Anulatória nº 2007.51.01.023064-0, motivo pelo qual requereu a reunião das ações de



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

modo a ensejar a imediata suspensão do projeto executivo, com a anuência da Fazenda Nacional. Com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

Execução Fiscal – PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF

Em 14 de março de 2005 foi ajuizada a Execução Fiscal nº 2005.51.01.510762-7 contra a Companhia, relativa a 05 (cinco) Certidões de Dívida Ativa que versavam sobre PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF. Na época, foi apresentada carta de fiança bancária no valor aproximado de R\$27.448. As inscrições em dívida ativa referentes a IRRF, CSLL e PIS foram canceladas. Foram opostos novos embargos à execução fiscal para discutir os valores remanescentes. Em outubro de 2010 foi iniciada a fase probatória, em que foi requerida a produção de prova pericial pela Companhia. Aguarda-se a elaboração do laudo pelo perito judicial competente. O valor atualizado desta cobrança é de R\$18.914. Com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

Manifestação de Inconformidade - CSLL

Em outubro de 2009, a Companhia foi intimada acerca de despacho por meio do qual a Receita Federal do Brasil homologou apenas parcialmente pedido de compensação formulado pela Companhia (Processo Administrativo nº 15374.957982/2009-89), em que foi requerida a utilização de créditos decorrentes de pagamento a maior de CSLL apurada em agosto de 2004, sob o fundamento de que o crédito teria sido consumido em outros pedidos de compensação. Como resultado deste entendimento o valor atualizado do débito da Companhia, decorrente da compensação não homologada, é de R\$353. A Companhia interpôs Manifestação de Inconformidade, que se encontra pendente de julgamento. Baseada no entendimento dos consultores jurídicos a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

 Multa administrativa por ausência de licença de construção – Prefeitura de Barra Mansa:

Em 05 de novembro de 2003, a Prefeitura de Barra Mansa ajuizou a Execução Fiscal nº 2003.007.006125-2 para cobrança de multas administrativas aplicadas por motivo de realização de obras na linha férrea, no Município de Barra Mansa, sem a obtenção de licença prévia, no período de março de 2001 a dezembro de 2001 (Processo Administrativo Fiscal nº 079/2001). O valor atualizado desta cobrança é de R\$8.615. A Companhia interpôs embargos à execução fiscal, que aguardam julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

b. Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em 1.357 ações trabalhistas, que pleiteiam, em sua maioria, diferenças salariais em função do não pagamento de (i) horas extraordinárias; e (ii)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

adicionais de periculosidade e insalubridade. Em 31 de dezembro de 2012, o valor total das causas trabalhistas era de R\$169.581. Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão de R\$77.760 (R\$63.975 em 31 de dezembro de 2011) considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações.

c. Cíveis

Atualmente, na esfera cível, a Companhia é parte em 965 ações que versam, em sua grande maioria, sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários. Os objetos das demais ações referem-se à paralisação de tráfego ferroviário em Conselheiro Lafaiete (MG), à legalidade da cobrança por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio, aos contratos de concessão e arrendamento, a Ações Civis Públicas e a ações envolvendo o Clube de Investimento dos Ferroviários da Malha Sudeste – SUDFER.

O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$318.066. Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão de R\$39.710 (R\$35.212 em 31 de dezembro de 2011), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda "provável".

A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R\$200 por sinistro.

d. Ambientais

A Companhia é parte em 2 processos ambientais, sendo um na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2012, o valor total das causas ambientais era de R\$723. Considerando que a partir de janeiro de 2012, após reavaliação, tais processos judiciais tiveram seu prognóstico alterado para perda "possível", não são objeto de provisão.

e. Outras

A Companhia tem cinco Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) firmados e vigentes, sendo três decorrentes de matéria ambiental e dois de matéria trabalhista. Versam os decorrentes de matéria ambiental sobre poluição do ar e geração de ruídos; versam os decorrentes de matéria trabalhista sobre condições de segurança e medicina do trabalho e práticas limitadoras da atuação dos dirigentes sindicais. Para tais casos não existe provisão.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

23. Patrimônio líquido

a. Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$1.086.818 (R\$950.200 em 31 de dezembro de 2011), está dividido em 340.000.000 ações escriturais sem valor nominal, sendo 188.332.687 ordinárias, 82.076.174 preferenciais "classe A" e 69.591.139 preferenciais "classe B".

De acordo com o Estatuto Social consolidado em Assembléia Geral Extraordinária da MRS Logística S.A. realizada em 4 de outubro de 2012, aprovado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, nos termos da Portaria n°13, de 22 de novembro de 2012, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$2.500.000 mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção entre elas e aquelas já existentes, bem como de debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 22 de março de 2013, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$115.518 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores, conforme proposto pela diretoria executiva.

De acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter participação societária superior a 20% do capital votante. Se este limite for ultrapassado, por determinação da ANTT, o acionista renunciará ao direito de voto e de veto inerente às ações que ultrapassarem este limite.

Em 31 de dezembro de 2012, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Capital Total	
Acionista	N⁰ de ações	%	Nº de ações	%	Nº de ações	%
MBR	37.666.526	20,00%	74.301.916	49,0%	111.968.442	32,93%
CSN	52.414.154	27,83%	40.301.916	26,6%	92.716.070	27,27%
UPL	37.513.650	19,92%	342.805	0,2%	37.856.455	11,13%
VALE	36.270.700	19,26%	769.304	0,5%	37.040.004	10,89%
GERDAU	4.460.127	2,37%	-	0,0%	4.460.127	1,31%
NACIONAL MINÉRIOS	-	0,00%	34.000.000	22,4%	34.000.000	10,00%
MINORITÁRIOS	20.007.530	10,62%	1.951.372	1,3%	21.958.902	6,46%
	188.332.687	100,00%	151.667.313	100,00%	340.000.000	100,00%



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

b. Direito das ações

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das assembléias gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia. As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no estatuto social.

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social.

c. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da Reserva Legal era de R\$168.146.

d. Reserva de lucros – reserva para investimentos

A Administração propôs a retenção dos lucros acumulados remanescentes em reserva de expansão no valor de R\$209.034, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da Reserva para Investimentos era de R\$1.034.190.

e. Dividendo adicional proposto

A parcela dos dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, não deverá ser registrada como passivo nas respectivas demonstrações financeiras, devendo os efeitos da parcela dos dividendos complementares serem divulgados em nota explicativa. Portanto, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as seguintes parcelas referentes ao valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório foram registradas no patrimônio líquido como "Dividendo adicional proposto" na data de encerramento das respectivas demonstrações financeiras:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	2012	2011
Dividendos adicionais propostos	104.517	123.722

24. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares, exceto valores por ação):

_	2012	2011
Numerador		
Lucro líquido do exercício	440.071	520.936
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	188.333	188.333
Média ponderada de ações preferenciais - A	82.076	82.076
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.591	69.591
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas	166.834	166.834
Denominador para lucros básicos por ação	355.167	355.167
Lucro básico por ação ordinária	1,24	1,47
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro básico e diluído por ação preferencial - A	1,36	1,61
Lucro básico e diluído por ação preferencial - B	1,36	1,61

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no estatuto social.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

25. Receita dos serviços prestados

	2012	2011
Receita operacional bruta		
Serviços de transporte	2.853.386	2.926.629
Partilha de fretes a receber	59.303	74.219
Outras receitas acessórias	354.027	122.617
	3.266.716	3.123.465
(-) Deduções sobre vendas ICMS COFINS PIS ISS	(127.759) (122.380) (26.569) (194) (276.902)	(115.251) (119.827) (26.015) - (261.093)
Receita líquida	2.989.814	2.862.372

26. Despesas por natureza

	2012	2011
Combustíveis/lubrificantes	(455.088)	(422.952)
Mão-de-obra e encargos sociais	(430.005)	(352.006)
Depreciação/amortização	(360.666)	(258.933)
Materiais de consumo diversos	(257.790)	(237.948)
Custo da concessão/arrendamento	(234.917)	(218.386)
Serviços de terceiros	(219.546)	(243.327)
Benefícios a empregados	(140.243)	(98.334)
Partilhas de fretes	(55.239)	(51.068)
Crédito presumido ICMS MG	70.573	63.049
Despesas com seguro	(13.495)	(12.470)
Custo com acidente	(6.251)	(11.620)
Honorários da administração	(4.586)	(6.020)
Outros	(96.174)	(95.093)
	(2.203.427)	(1.945.108)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	(2.203.427)	(1.945.108)
Despesas gerais e administrativas	(221.969)	(196.705)
Despesas com vendas	(10.875)	(10.346)
Custo dos serviços prestados	(1.970.583)	(1.738.057)

27. Outras receitas e outras despesas operacionais

	2012	2011
Outras receitas operacionais		
Reversão de provisão (a)	-	78.174
Receitas alternativas	42.102	32.588
Venda de sucata	37.518	28.053
Multas contratuais	15.829	21.198
Seguros	10.869	3.953
Prestação de serviços a terceiros	1.142	1.049
Venda de bens patrimoniais	783	1.815
Outras receitas	9.512	13.755
	117.755	180.585
Outras despesas operacionais		
Crédito/Perda tributos	(25.272)	(35.197)
Despesas processuais	(20.183)	(35.465)
Provisões para contingências	(18.259)	(14.154)
Despesa com ICMS	(18.100)	(8.222)
Programa desafio especial	(8.141)	(6.000)
Receitas alternativas	(7.669)	(5.969)
Convênio c/ municípios	(7.414)	(3.913)
Venda sucata	(5.668)	(3.741)
Custo na venda de bens patrimoniais	(4.386)	(17.620)
Prestação de serviços a terceiros	(4.036)	(667)
Multas contratuais	(3.540)	(2.003)
Baixa de materiais	(3.204)	(1.476)
Doações	(2.597)	(356)
Patrocínios	(2.571)	(2.415)
PIS / COFINS sobre outras receitas	(1.854)	(1.524)
Baixa de investimento	(1.397)	(3.125)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Ajuste de estoque	(1.287)	(16.660)
Outras despesas	(12.110)	(12.431)
	(147.688)	(170.938)
Líquidas	(29.933)	9.647

⁽a) A variação ocorrida deve-se as reversões de provisões ocorridas em 2011 em função da adesão a Anistia da Lei Estadual do Rio de Janeiro que reduziu os valores dos débitos de ICMS, gerando uma baixa de R\$49.176 e à revisão do prognóstico de perda das contingências cíveis no valor de R\$28.998.

28. Receitas e despesas financeiras

	2012	2011
Receitas financeiras		
Variação cambial e monetária	196.365	12.317
Instrumentos financeiros derivativos - swap	93.708	63.367
Rendimentos s/ aplicações financeiras	32.299	40.439
Juros	7.674	1.472
Outras receitas financeiras	7.677	13.740
	337.723	131.335
Despesas financeiras		
Variação cambial e monetária	(211.192)	(61.479)
Juros	(137.056)	(112.412)
Instrumentos financeiros derivativos - swap	(67.364)	(66.987)
Juros e multas fiscais	(668)	(20.946)
Outras despesas financeiras	(3.861)	(3.785)
	(420.141)	(265.609)
Resultado financeiro líquido	(82.418)	(134.274)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

	2012		20	11
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Instrumentos financeiros				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	304.965	304.965	398.548	398.548
Caixa restrito	26.550	26.550	24.728	24.728
Contas a receber	36.312	36.312	21.724	21.724
Partes relacionadas	181.993	181.993	119.315	119.315
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos - swap	26.044	26.044	11.899	11.899
Total	575.864	575.864	576.214	576.214
Passivos				
Fornecedores	197.210	197.210	340.361	340.361
Partes relacionadas	7.163	7.163	3.176	3.176
Empréstimos e financiamentos em R\$	1.647.763	1.647.763	1.527.113	1.527.113
Empréstimos e financiamentos em USD	405.276	415.337	474.786	485.312
Debêntures	581.338	581.338	316.057	316.057
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos - swap	4.086	4.086	<u>-</u>	
Total	2.842.836	2.852.897	2.661.493	2.672.019

Operações com instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, em comparação aos seus valores justos:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O cálculo do valor justo dos empréstimos considera a cotação de mercado das respectivas operações, com exceção daquelas que (i) não contam com mercado líquido de referência ou (ii) cuja liquidação (valor de saída) possa ser feita sem haver penalização. Para estes casos, o valor justo coincide com o valor na curva.

Classificação dos instrumentos financeiros

	2012			2011			
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	304.965	-	304.965	398.548	-	398.548	
Caixa restrito	26.550	-	26.550	24.728	-	24.728	
Contas a receber	-	36.312	36.312	-	21.724	21.724	
Partes relacionadas	-	181.993	181.993	-	119.315	119.315	
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos - swap	26.044		26.044	11.899		11.899	
Total	357.559	218.305	575.864	435.175	141.039	576.214	
Passivos							
Fornecedores	-	197.210	197.210	-	340.361	340.361	
Partes relacionadas	-	7.163	7.163	-	3.176	3.176	
Empréstimos e financiamentos em R\$	-	1.647.763	1.647.763	-	1.527.113	1.527.113	
Empréstimos e financiamentos em USD	-	405.276	405.276	-	474.786	474.786	
Debêntures	-	581.338	581.338	-	316.057	316.057	
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	4.086		4.086	_ _	_	<u>-</u> _	
Total	4.086	2.838.750	2.842.836		2.661.493	2.661.493	

Instrumentos financeiros derivativos

Embora as operações com derivativos tenham o propósito de proteger a Companhia da oscilação oriunda de sua exposição aos riscos de mercado, decidiu-se por não adotar a metodologia de contabilização de cobertura (*hedge accounting*). Desta forma, as operações de *swap* que em 31 de dezembro de 2012 apresentavam saldo líquido a receber no valor de R\$21.958 (saldo líquido a receber de R\$11.899 em 31 de dezembro de 2011), foram contabilizadas no resultado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	2012				2011	
Descrição	Valor Nocional	Valor Justo	Vencimentos	Valor Nocional	Valor Justo	Vencimentos
Contratos de "swap"						
Posição ativa			fev/13			fev/12
Moeda estrangeira	323.658	360.858	até	390.440	427.956	até
Posição passiva			dez/16			dez/16
Taxas (pós)	323.658	333.734		390.440	412.229	

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:

Instituição	MRS Recebe	MRS Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocional Contratado (USD)	Valor Justo dez/12 (R\$) Ativa	Valor Justo dez/12 (R\$) Passiva	Resultado Bruto (R\$) Ativa - Passiva
Contratos de swap								
Santander			01/mar/12	01/out/13	15.000	31.345	27.398	3.947
Goldman Sachs			02/abr/12	01/fev/13	10.000	20.681	19.407	1.274
Banco do Brasil			02/abr/12	01/fev/13	10.000	20.694	19.377	1.317
Bradesco	USD +	100%	02/jul/12	03/jun/13	15.000	31.274	30.928	346
Bradesco	1,30%aa até	até 107% do	01/ago/12	01/jul/13	10.000	20.651	21.016	(365)
HSBC	2,73%aa	CDI	01/ago/12	17/jun/13	10.000	20.636	21.016	(380)
Bradesco			03/set/12	31/mai/13	20.000	41.137	41.540	(403)
JP Morgan			17/dez/12	16/dez/13	5.000	10.222	10.490	(268)
Banco de Tokyo			15/dez/11	15/dez/16	75.000	164.218	142.562	21.656

Total 170.000 360.858 333.734 27.124

1. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3: Investimentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a receber de R\$21.958 em 31 de dezembro de 2012, estão classificados com valor justo através do resultado e estão classificados no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados como Nível 3 e Nível 1 na Companhia. Durante o exercício de 2012, não ocorreram transferências entre os níveis.

		2012			2011	
	Valor justo	Nível	Total	Valor justo	Nível	Total
Passivos (Ativos)						
Instrumentos financeiros derivativos	(21.958)	2	(21.958)	(11.899)	2	(11.899)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

2. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro do Conselho de Administração, contribuindo assim, para a manutenção de uma estrutura de governança em riscos financeiros adequada para a Companhia.

O comitê financeiro recomenda ações à alta administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, tendo como principal objetivo reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo secundário, busca-se minimizar a probabilidade de:

- (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos;
- (ii) que as métricas da MRS violem *covenants* financeiros já assumidos.

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Por esta razão, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia – oriunda da parcela de dívida indexada em moeda estrangeira – tem sido coberta por contratos de *swap*.

Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de *stress* e respectivos impactos financeiros.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

3. Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos.

As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* de taxa de câmbio versus percentual do CDI, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e envolvendo taxas prefixadas em moeda estrangeira, não existindo depósito de margem em garantia. Destaca-se que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas.

4. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities* e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

a) Risco de taxa de juros

Representa as variações, em termos de ganhos ou perdas, às quais a Companhia está sujeita por conta de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Assim como em 31 de dezembro de 2011, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia tem uma posição líquida descoberta atrelada à taxa de juros que, gerava um risco de descasamento pouco relevante, uma vez que o aumento de 50% dos juros (CDI e TJLP) produziria um efeito inferior a 4% no saldo líquido.

	Valor contábil		
	2012	2011	
Instrumentos de taxa fixa			
Ativos financeiros	4.953	4.535	
Passivos financeiros	730.522	524.699	
	735.475	529.234	
Instrumentos de taxa variável Ativos financeiros	324.007	416.741	



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Passivos financeiros	1.498.580	1.318.471
	1.822.587	1.735.212

b) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados, basicamente, em dólar norte-americano, que encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 com variação de 8,94% (1,15% em 31 de dezembro de 2011).

	2012	2011
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa e equivalentes de caixa	4.953	4.535
Adiantamento a fornecedores	84.221	46.728
Importações em andamento	3.962	3.750
Instrumentos financeiros - swap	360.858	427.956
	453.994	482.969
Passivos em moeda estrangeira	(0.0.00)	(1.1.1.2)
Fornecedores	(23.696)	(11.116)
Empréstimos e financiamentos	(405.276)	(474.786)
	(428.972)	(485.902)
Exposição líquida	25.022	(2.933)

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada, de modo a deixar o efeito dos derivativos mais evidente.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2012, e buscam simular de que forma um *stress* nas variáveis de risco pode afetar a Companhia. O primeiro passo foi a identificação dos principais fatores que têm potencial de gerar prejuízos nos resultados, que, no caso da Companhia, resumiu-se à



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a ptax de venda de 31 de dezembro de 2012 e os juros acumulados no exercício. Adicionalmente, foram traçados três cenários, I, II e III, que representam, respectivamente, o cenário provável e os possíveis cenários de deterioração de 25% e 50% na variável de risco.

Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio de final de 2013 divulgada no último Relatório Focus — Bacen anterior ao fechamento do exercício. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco.

As tabelas abaixo representam a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques nas taxas de câmbio para os anos de 2012 e 2011 respectivamente.

Risco de Apreciação do Dólar - 2012

R\$ milhões

Operação	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Hedge - Ponta Ativa de Swap	(8,2)	92,3	184,5
Aplicação em US\$	(0,1)	1,3	2,5
Dívida em US\$	9,2	(103,6)	(207,3)
Risco Líquido da Operação aumento US\$	0,9	(10,1)	(20,2)

Risco de Apreciação do Dólar - 2011

R\$ milhões

Operação	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Hedge - Ponta Ativa de Swap	28,7	99,8	199,6
Aplicação em US\$	0,3	1,1	2,1
Dívida em US\$	(31,8)	(110,7)	(221,5)
Risco Líquido da Operação aumento US\$	(2,8)	(9,8)	(19,8)

	Exposição	Exposição provável	Real	Taxa esperada	Impa	acto
	(R\$ milhões)	(R\$ milhões)			25%	50%
Ponta Ativa de Swap em Dólar	360,9	369,1	2,0	2,1	2,6	3,1
Saldo em Dólar	5,0	5,1	2,0	2,1	2,6	3,1
Dívida em Dólar	405,3	414,5	2,0	2,1	2,6	3,1



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Dólar.

Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

		Valor contábil		
		2012	2011	
	Nota			
Caixa e equivalentes de caixa	4	304.965	398.54	
Caixa restrito	5	26.550	24.72	
Contas a receber	6/8	36.312	21.72	
Partes relacionadas Instrumentos financeiros derivativos -	7	181.993	119.31	
swap	12	26.044	11.89	
Total		575.864	576.21	

a) Contas a receber

A Companhia possui seu contas a receber concentrado em alguns grandes clientes, que também são seus acionistas (vide nota explicativa 7), representando, em 31 de dezembro de 2012, 83,37% do contas a receber total (87,68% em 31 de dezembro de 2011).

Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas "cativas" e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para os clientes com transporte de cargas não "cativas", a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua administração, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Pelo fato da carteira de clientes da Companhia estar concentrada em seus acionistas, o risco de crédito é considerado praticamente nulo.

b) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Companhia de acordo com a política estabelecida. Visando minimizar o risco de crédito, a



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Companhia procura diversificar a alocação dos recursos excedentes apenas em contrapartes de primeira linha avaliadas por agências de *rating*. Em 31 de dezembro de 2012, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$304.965 (R\$398.548 em 31 de dezembro de 2011), dos quais 92% estavam distribuídos entre as seguintes contrapartes: Banco Votorantim; Santander; Caixa e Banco Itaú.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez buscando distribuir os vencimentos de dívida e de instrumentos financeiros derivativos ao longo do tempo, evitando concentrar obrigações em datas pontuais e priorizando o alongamento dos prazos. Adicionalmente, a Companhia tem por política a manutenção de um caixa mínimo disponível, incluindo saldos de aplicações e em conta corrente, além de estabelecer um percentual mínimo de liquidez das aplicações totais.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2012 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Fluxo de Caixa Esperado					
	31 de dezembro de 2012	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não deriv	Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	2.614.175	211.733	148.721	293.524	1.400.113	560.084
Passivos financeiros derivativo	os					
Swaps utilizados para hedge (USD)	(21.958)	(1.566)	(2.525)	-	(17.867)	-

	Fluxo de Caixa Esperado					
	31 de dezembro de 2011	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não deriv	ativos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	2.295.554	152.966	136.248	333.009	1.084.551	558.780
Passivos financeiros derivativo	os					
Swaps utilizados para hedge (USD)	(11.899)	(10.445)	(4.403)	-	2.949	-



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados na nota explicativa 18. Os Passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia.

Gestão do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida em relação ao capital no final do exercício é apresentada a seguir:

	2012	2011
Total do passivo	3.565.173	3.234.744
(-) Caixa e equivalente de caixa	304.965	398.548
(-) Caixa restrito	26.550	24.728
Dívida líquida	3.233.658	2.811.468
Total do patrimônio líquido	2.509.189	2.297.359
Relação da dívida sobre o capital	1,2887	1,2238



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

30. Informações por segmento

Em função de prestar unicamente serviços de transporte de carga na malha sudeste, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

A Companhia possui certo grau de dependência de seus principais clientes, composta especialmente por seus controladores. A receita por cliente está assim representada:

Principais Clientes	2012	2011
VALE / MBR	1.413.046	1.308.255
NACIONAL MINÉRIOS	409.499	379.127
CSN	376.175	403.116
MINERAÇÃO USIMINAS	195.368	131.573
USIMINAS	176.058	162.535
GERDAU	67.514	66.734
Outros	629.056	672.125
	3.266.716	3.123.465

A Companhia não presta serviços para clientes no mercado externo por possuir área de atuação delimitada à malha sudeste, conforme estabelecido no contrato de concessão.

31. Seguros

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

Cobertura	Finalidade	Vencimento	LMI	Franquia
	Cobertura do patrimônio operacional	29 de		
Risco operacional	de propriedade da empresa ou sob sua	dezembro de		
	responsabilidade	2013	160.000	7.000
Responsabilidade civil	Cobertura contra danos causados a	9 de fevereiro		
Responsabilidade civil	terceiros	de 2013	30.000	200
Transporte de corgos	Cobertura de sinistros com cargas em	31 de julho de		_
Transporte de cargas	transporte	2013	45.000	250

Observações:

LMI – Limite Máximo de Indenização



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O seguro de responsabilidade civil foi renovado no dia 09 de fevereiro de 2013 com vencimento para 09 de fevereiro de 2014.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

32. Outros assuntos

A partir de 1º de janeiro de 2013, foi adotado a Revisão nº2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiro, aprovado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT por meio da Resolução nº 3.847 de 20 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 26 de junho de 2012.

33. Eventos Subsequentes

Reunião do Conselho de Administração

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 22 de março de 2013 foi aprovado o aumento do capital social utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores (vide nota explicativa 23, letra "a").

Transações com Partes Relacionadas

Em 12 de março de 2013 foi firmado contrato, no valor de R\$3.812 entre a Companhia e a CSN, tendo como objeto a prestação pela Companhia dos servicos de superestrutura e fornecimento de material para construção de 830 (oitocentos e trinta) metros de linha férrea no terminal ferroviário da CSN (TECAR), localizado no Município de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, para atender ao "Virador de Vagões 2" adquirido pela CSN.

Administração: Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Tufi Daher Filho Presidente

Alexandre Jacob Alves Alejandro Daniel Laiño Daniel dos Santos Junior



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Gabriel Stoliar
Hélio Cabral Moreira
Luiz Fernando Landeiro Júnior
Paolo Felice Bassetti
Paulo Roberto Perlott Ramos
Rosana Passos de Pádua

Membros da Diretoria Executiva

Eduardo Parente Menezes Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Sérgio Barretto Garcia Diretor Comercial

Alexandre Fleischhauer Diretor de Engenharia e Manutenção

Carlos Waack Diretor de Operações

Félix Lopez Cid Diretor de Recursos Humanos e Gestão

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Elvira Cavalcanti Diretora Financeira

Fabrícia Gomes de Souza Diretora de Desenvolvimento



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e de Relação com Investidores, Diretoria Executiva e demais Diretores da MRS Logística S.A., sociedade por ações de capital aberto, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 ("INSTRUÇÃO"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Juiz de Fora, 22 de março de 2013. Eduardo Parente Menezes Sérgio Barretto Garcia Diretor Presidente e de Relações com **Diretor Comercial** Investidores Carlos Waack Alexandre Fleischhauer Diretor de Operações Diretor de Engenharia e Manutenção Félix Lopez Cid Diretor de Recursos Humanos e Gestão Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva Elvira Cavalcanti Fabrícia Gomes de Souza Diretora Financeira Diretora Financeira



<u>Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores</u> Independentes

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e de Relação com Investidores, Diretoria Executiva e demais Diretores da MRS Logística S.A., sociedade por ações de capital aberto, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 ("INSTRUÇÃO"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Juiz de Fora, 22 de março de 2013. Eduardo Parente Menezes Sérgio Barretto Garcia Diretor Presidente e de Relações **Diretor Comercial** com Investidores Carlos Waack Alexandre Fleischhauer Diretor de Engenharia e Diretor de Operações Manutenção Félix Lopez Cid Diretor de Recursos Humanos e Gestão Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva Elvira Cavalcanti Fabrícia Gomes de Souza Diretora Financeira Diretora Financeira



Orçamento de Capital para o exercício de 2013

Aos Acionistas da MRS Logística S/A

Apresentamos a seguir a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2013, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 14 de dezembro de 2012, bem como a realização do Orçamento de Capital de 2012.

Retenção de lucros:

A Administração propôs a retenção dos lucros remanescentes em reserva de expansão/investimentos no valor de R\$209.034 mil, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia.

Orçamento de capital:

O orçamento de capital será financiado pelos lucros retidos no exercício de 2012 e pelos recursos decorrentes da geração operacional de caixa do exercício de 2013, complementada com atividades de financiamento.

Com relação aos projetos constantes no Orçamento de Capital para o exercício findo em 2012, foram realizados 65% dos valores previstos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Em milhares de Reais

Investimentos	Orçado 2012	Realizado 2012	Não Realizados (*)
Via permanente	657.523	481.612	175.911
Material rodante (locomotivas e vagões)	424.448	274.470	149.978
Sistemas de eletroeletrônica	222.456	150.504	71.952
Oficina	64.528	35.702	28.826
Programa SMS	61.699	28.609	33.090
Diversos	154.386	52.952	101.434
	1.585.040	1.023.849	561.191

(*) Do montante de R\$561.191 mil não realizado do Orçamento de Investimentos da Cia em 2012, R\$238.045 mil foram postergados, e incorporados ao Orçamento 2013, em virtude do alongamento do cronograma de projetos, em especial de obras e equipamentos importados. Os demais R\$286.146 mil foram suspensos ou cancelados.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 22 de março de 2013, os Conselheiros deliberaram propor em Assembleia Geral de Acionistas, a retenção de R\$209.034 mil correspondente a 50% dos lucros do exercício de 2012, após constituição da reserva legal, para custeio de parte dos investimentos previstos no orçamento de capital do exercício de 2013.



Orçamento de Capital para o exercício de 2013

O orçamento de capital para o exercício de 2013 está composto pelas seguintes fontes de recursos:

	Em milhares de Reais
Fontes de recursos	
Caixa	304.835
Geração operacional líquida	279.265
Captações 2013	482.374
Total das fontes de recursos	1.066.474

A seguir é apresentado o resumo das aplicações do Orçamento de Capital para o exercício de 2013 (incluídos os valores não realizados em 2012 e transferidos para este exercício):

Investimentos	Orçado 2013
Via permanente (*)	460.611
Material rodante (locomotivas e vagões) (**)	315.204
Sistemas de eletroeletrônica	173.667
Programa SMS (***)	36.039
Oficina	14.212
Diversos	66.741
	1.066.474

(*) Investimento em expansão, manutenção, obras para contenção de aterros e drenagem (**) Investimento em aquisição, confiabilidade e manutenção de material rodante

(***) SMS – Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho

Rio de Janeiro, 22 de março de 2013

A diretoria